AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 05 | MAIO 2018 | R$ 15,00

UM BALANÇO DO SETOR SUCROENERGÉTICO



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

CONFINAMENTO NÃO COMPRE MILHO AGORA

SEBO BOVINO FONTE ALTERNATIVA DE BIODIESEL

DESMATAMENTO IMPACTOS DISTINTOS REGIONALMENTE E ENTRE CLASSES SOCIAIS

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CONTEXTO PARA O PLANO SAFRA PLURIANUAL

A ECONOMIA brasileira tem navegado, ao longo dos últimos meses, em mares tranquilos. Os indicadores econômicos têm mostrado resultados positivos, ainda que não o suficiente para mudar significativamente a percepção de curto prazo em relação ao desemprego e à queda da renda verificada nos anos anteriores. A inflação surpreende de forma positiva, com destaque para a queda dos preços dos alimentos.

Já a atividade econômica dá sinais de que a retomada em 2018 será muito mais moderada em comparação à prevista inicialmente. O Banco Central (BACEN) mostra preocupação e abaixa a taxa referencial de juros. Na questão estrutural do desajuste das contas públicas, ainda permanece particularmente a questão previdenciária. O quadro econômico poderá sofrer mudança abrupta apenas a partir do segundo semestre, com o resultado das eleições de outubro.

A baixa inflação e a queda na taxa de juros colocam em xeque a política nacional do crédito rural, com maior competição das taxas de juros livres de mercado em comparação às controladas. Também ganham espaço, no aporte de recursos oriundos do mercado de capitais, as operações com os títulos do agronegócio. Às vésperas de ser anunciado, o Plano Safra 2018/2019 certamente trará novidades nessa área. Poderemos estar a caminho de um modelo plurianual, como a Farm Bill, nos Estados Unidos, e a Política Agrícola Comum (PAC), na União Europeia (UE).

Um estudo sobre o mercado de trabalho no agronegócio mostra uma queda na população ocupada de 2012 a 2017. A contração foi de 8,4% no período. Se, de um lado, a incorporação de tecnologias mais intensivas em capital e poupadoras de mão de obra explica a redução; de outro, trouxe para o setor aumentos expressivos na produtividade e na renda. Nas localidades onde o agronegócio é a atividade econômica principal, o setor de serviços expandiu e absorveu uma quantidade de mão de obra superior à liberada pelo agro.

As políticas públicas brasileiras, mesmo as mais relevantes, costumam não avaliar qual será o seu custo social. No final de 2017, o Instituto Escolhas lançou o estudo "Qual o impacto do desmatamento zero no Brasil?", que procurou mostrar o efeito do desmatamento zero sobre as parcelas economicamente vulneráveis das regiões que mais terão que contribuir para eliminar o desmatamento. Os resultados mostraram que haveria um impacto muito pequeno no Produto Interno Bruto (PIB) nacional (redução de apenas 0,62% no acumulado entre 2016 e 2030 se todo o desmatamento cessasse imediatamente). No entanto, o impacto não é uniforme nem regionalmente nem entre as classes sociais, recaindo mais sobre as famílias de baixa renda. Ao ser constatado algum tipo de prejuízo, alguma medida compensatória deve ser considerada.

Na conjuntura de mercado das *commodities* agrícolas, desperta atenção a reversão ocorrida com a soja em grão. As projeções eram temerosas com relação à temporada 2017/18, com especulações na direção de dificuldades para os produtores fecharem as suas contas. Os Estados Unidos derramaram no comércio internacional uma produção recorde, mas a forte seca que afligiu as principais regiões produtoras da Argentina provocou uma mudança de cenário. Ao mesmo tempo, a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China é favorável ao Brasil, do ponto de vista comercial.

No mercado de milho, a elevação dos preços surpreendeu no primeiro quadrimestre deste ano. Nem mesmo os estoques recorde de passagem do cereal foram suficientes para impedir a alta de preços dele. Este movimento era até previsto, mas não na intensidade verificada. Para o pecuarista que precisará de milho para o confinamento no segundo semestre, a recomendação é aguardar o início da colheita e a pressão de baixa em função da maior oferta.

O consumo de biodiesel em 2018 deve ser de aproximadamente 5,3 bilhões de litros. As matérias-primas mais utilizadas para a sua produção são a soja e o sebo bovino, representando em torno de 70% e 14% respectivamente. O Brasil possui o segundo maior rebanho bovino do mundo, sendo o maior exportador de carne bovina, com estimativa de crescimento de 2,15% ao ano, até 2020, nas vendas externas. Essa situação desperta o interesse do pecuarista, do frigorífico e da indústria de biodiesel, pela possibilidade de aproveitamento de um subproduto que, até pouco tempo atrás, era pouco utilizado, quando não descartado.

Na seção Abre Aspas, a participação de Fábio de Salles Meirelles Filho, presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), braço de cooperação técnica da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Para o entrevistado, o impacto da reforma trabalhista trouxe mudanças positivas para modernizar a relação entre proprietários rurais e trabalhadores. Também positiva, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de ratificar a constitucionalidade do Código Florestal, segundo Meirelles Filho, defendeu o patrimônio ambiental brasileiro e contribuiu para a sustentabilidade dos 4 milhões de pequenos agricultores. Os temas que continuam em aberto são: a demarcação de terras indígenas e a aquisição de terras por estrangeiros.

O Caderno Especial deste mês traz material da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA). Dentre os assuntos tratados, o destaque fica com a Política Nacional de Biocombustíveis, denominada RenovaBio, aprovada ao final de 2017, depois de um ano de discussões entre o Governo e os agentes da cadeia de combustíveis. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
FÁBIO DE SALLES MEIRELLES FILHO
AS BOAS-VINDAS À MODERNIDADE DO CAMPO

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
SEM SOBRESSALTOS

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 MERCADO DE TRABALHO NO AGRO
MAIOR REMUNERAÇÃO, MENOS POSTOS DE TRABALHO

19 CAPA MERCADO DE MILHO
O PECUARISTA PRECISA FUGIR DO RISCO

21 CAPA SEBO BOVINO
POTENCIAL PARA PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO BRASIL

23 BEBIDAS FRIAS E PANIFICAÇÃO
BOM DESEMPENHO NA AMÉRICA LATINA

25 POLÍTICA AGRÍCOLA

25 LEI AGRÍCOLA PLURIANUAL
UM MODELO PARA O BRASIL

27 SUSTENTABILIDADE

27 CAPA DESMATAMENTO ZERO
POLÍTICAS PRECISAM CONSIDERAR IMPACTOS REGIONAIS

30 CONTEÚDO ESPECIAL

30 CAPA UNICA
CENÁRIOS DE DESAFIOS NO SETOR SUCROENERGÉTICO

37 ANEC
EXPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA

41 FAESP
O FUNRURAL E O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA RURAL (PRR)

42 ANDEF
ANÁLISE DE RISCO ASSOCIADO AO USO DE DEFENSIVOS

44 COLUNAS

44 DIÁRIO DE BORDO
ELEIÇÕES E PLANOS

45 PRODUZIR
ARMISTÍCIO À BRASILEIRA NA GUERRA FISCAL ENTRE ESTADOS

46 OPINIÃO
IRRIGAR É PRODUZIR MAIS

47 OPINIÃO
UMA PERSPECTIVA PARA SÃO PAULO!

49 REFLEXÃO
SOBRE O VERDE, SOB O SOL

50 ESTATÍSTICA

AS BOAS-VINDAS À MODERNIDADE DO CAMPO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES FILHO

PRESIDENTE DO INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA (IPA)

DA REDAÇÃO

A nova geopolítica mundial, com inovações tecnológicas e modelos modernos de gestão, coloca desafios para o agronegócio brasileiro atuar com protagonismo e liderança na segurança alimentar e de energia renovável do Planeta. A construção de uma agenda estratégica para o País faz parte dos compromissos a serem assumidos pelos candidatos à presidência, aos governos estaduais e ao Congresso Nacional. Nesse contexto, a ***Agroanalysis*** apresenta entrevista com o produtor rural Fábio de Salles Meirelles Filho, presidente do Conselho do IPA, braço de cooperação técnica e instrumento de suporte à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).



AGROANALYSIS: QUAIS SÃO A FUNÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE DO IPA?

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES FILHO: A organização de um setor na busca do interesse comum perpassa pela representatividade nos poderes que regem e desenvolvem as políticas públicas, bem como pelo diálogo com a sociedade civil. Esse foi um dos pontos culminantes na criação do IPA, uma instituição sem fins lucrativos formalizada por entidades representantes da agropecuária brasileira em diversas cadeias produtivas.

Na atuação no Parlamento, a missão do IPA segue alguns pilares básicos. Procuramos sempre harmonizar as atividades dos parlamentares no Congresso Nacional. Para isso, buscamos fortalecer a representação do setor e promover a interlocução com os poderes Judiciário e Executivo, bem como a sistematização do relacionamento das entidades

representativas. A cadeia agropecuária ganha força com a ação coordenada e técnica legislativa representativa e a interlocução da sociedade no processo democrático.

COMO FOI O SEU PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO?

FSMF: O Instituto foi criado por meio de um acordo de cooperação técnica como instrumento de apoio e suporte à FPA. Ou seja, trata-se de uma institucionalização com o objetivo de garantir o respaldo técnico e das ações específicas que tramitam no Congresso Nacional. Atualmente, da sua composição participam 41 entidades do setor produtivo agropecuário, com a responsabilidade de montar agendas de debates e questões relacionados ao setor. O IPA pode ser considerado um canal interlocutor entre as entidades produtoras rurais e os parlamentares que estão envolvidos na causa.

EXISTE INTERAÇÃO COM A FPA?

FSMF: Trata-se de um mecanismo de apoio e cooperação técnica do IPA, de modo a garantir o suporte necessário para o andamento das proposições para a FPA. O setor precisa ter representatividade no poder decisório de políticas públicas no Parlamento e em outros Poderes do Estado. A abordagem da representação por meio das frentes parlamentares perpassa pelo processo democrático e pela interlocução com a sociedade civil, pois elas são as responsáveis pela mediação entre os grupos de interesse e o espaço de poder decisório.

De representação suprapartidária, a FPA reúne deputados e senadores de todo o País na defesa e na representatividade do setor agropecuário brasileiro e da sociedade civil. O seu objetivo é estimular e ampliar o debate. Isso garante a segurança jurídica necessária para o desenvolvimento e a competitividade do País. Como referência no modelo de defesa de interesses, a FPA está representada em todas as Comissões Permanentes, com maioria nas Comissões Especiais/Temporárias criadas para analisar propostas de interesse da sociedade civil e do setor agropecuário.

> “O SETOR PRECISA TER REPRESENTATIVIDADE NO PODER DECISÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARLAMENTO E EM OUTROS PODERES DO ESTADO.”

A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA DO AGRONEGÓCIO É PROPORCIONAL À SUA FORÇA ECONÔMICA?

FSMF: O agronegócio trabalha com o sistema de cadeia de produção, que vai do campo ao consumidor. O IPA e a FPA representam, além dos anseios dos produtores rurais e da agricultura brasileira, a sociedade como um todo. O setor tem conseguido diferencial competitivo e sustentabilidade na economia brasileira, e isso se reflete no processo de desenvolvimento do País.

Temos, hoje, um grupo expressivo de parlamentares com consciência do que é o trabalho no campo, como ele funciona e quais são as suas demandas. O Congresso vem participando efetivamente de todas as discussões do setor agropecuário, no sentido de garantir a segurança alimentar do Brasil e do mundo.

COMO ENCARAR A REFORMA TRABALHISTA DO CAMPO?

FSMF: Devemos aliar a segurança jurídica ao incremento da produtividade, à empregabilidade e a avanços nos direitos trabalhistas. Trata-se das boas-vindas à modernidade, à inclusão de formas

de trabalho já existentes há anos sem respaldo legal. A reforma trabalhista (Lei n° 13.467/17) trouxe ganhos para o País. Temos mais de 40% dos trabalhadores sem proteção legal. Esta elevada informalidade decorre do ônus de uma legislação sobre o custo de produção.

As novas regras abrem a possibilidade de novos acordos entre empregados e empregadores. As horas gastas para chegar ao local de trabalho (*in itinere*) não serão mais contadas como tempo de serviço. Esta alteração, na sua essência, guarda peculiaridades em relação aos centros urbanos. Já quanto à jornada intermitente, é sanada uma falha na legislação, pois as propriedades rurais não possuem horário preestabelecido para o recolhimento de sua produção agrícola. A retirada de leite, por exemplo, costuma acontecer em horários espaçados, bem de manhã ou à tarde.

A terceirização trará novas vagas e possibilidades de contratação de empregados por empresas. Agora, o proprietário pode alugar por tempo determinado uma máquina agrícola e contratar de forma esporádica e pontual o operador de tal equipamento.

A QUESTÃO CONSTITUCIONAL DO CÓDIGO FLORESTAL ESTÁ RESOLVIDA?

FSMF: Por mais de dez anos, debatemos o novo Código Florestal de forma ampla e democrática. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu clareza e transparência às relações produtivas. Ao mesmo tempo, defendeu o patrimônio ambiental brasileiro e contribuiu para a sustentabilidade dos 4 milhões de pequenos agricultores. A recuperação da área degradada foi garantida. O Programa de Regularização Ambiental (PRA) consiste na adequação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das áreas de Reserva Legal (RLs) de propriedades rurais por meio de recuperação ou compensação firmando-se um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Os agricultores brasileiros dedicam à preservação da vegetação nativa e da biodiversidade 48% da área total de seus próprios imóveis. A soma dessas áreas representam 20,5% do território nacional. No total, dois terços do território nacional correspondem a preservação, uma área superior à da União Europeia. Até o início de janeiro de 2017, mais de 3,92 milhões de imóveis rurais estavam inseridos no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Essa farta informação culminou no estudo de ocupação territorial existente, de modo a mapear o País quanto à sua topologia, aos seus biomas, às suas áreas degradadas, entre outros aspectos territoriais e ambientais.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS É OUTRO TEMA DE DISCÓRDIA?

FSMF: Este assunto é um dos eixos da falta de segurança prevista em lei. É indispensável a observância do regime jurídico constitucional na questão da demarcação. Só podem ser consideradas tradicionais as terras efetivamente ocupadas por povos indígenas até 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nossa Constituição. Este marco é uma régua definitiva e determinada por meio de uma legislação para servir a todo o território nacional.

O direito de propriedade, alicerce da sociedade moderna, do empreendedorismo e da segurança

> “TEMOS MAIS DE 40% DOS TRABALHADORES SEM PROTEÇÃO LEGAL. ESTA ELEVADA INFORMALIDADE DECORRE DO ÔNUS DE UMA LEGISLAÇÃO SOBRE O CUSTO DE PRODUÇÃO.”

jurídica, cláusula pétrea da Constituição Federal, previsto no inciso XXII do artigo 5º, é objeto de grandes e importantes discussões. Muitas são as relativizações e as interpretações deste dispositivo, com preconceitos e ideologias inibidores do desenvolvimento econômico e social. Urge a necessidade de uma política de Estado para que as comunidades indígenas tenham acesso a educação e saúde de qualidade, oportunidades de trabalho e, sobretudo, cidadania.

LIBERAREMOS OU RESTRIGIREMOS A AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS?

FSMF: A principal argumentação dos contrários ao conceito das proposições legislativas acerca do tema, muitas vezes, está respaldada por discursos de entrega do País, de defesa das riquezas naturais e de nacionalismo. Poucos percebem o equívoco na expressão "aquisição de terras por estrangeiros" quando se considera o real objetivo do que se tem discutido. Na realidade, o conceito fidedigno ao que se propõe refere-se à "aquisição de terras por empresas brasileiras com maioria de capital estrangeira". Essa equiparação é o ponto focal da necessidade de mudança legal.

As restrições previstas às pessoas físicas e jurídicas estrangeiras continuarão a existir. Os Projetos de Lei em tramitação reforçam isso, como a proibição a fundos soberanos e Organizações Não Governamentais (ONGs) de adquirirem terras brasileiras. A aquisição de terras por essas empresas implicará mais recursos financeiros. Haverá maior disponibilidade de financiamento, especialmente para a agropecuária. As empresas brasileiras de capital estrangeiro, uma vez legalmente impedidas de adquirir terras, se veem forçadas a firmar contratos em contextos de insegurança jurídica, com inibição de importantes investimentos. ■

> "A AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESSAS EMPRESAS [DE MAIORIA DE CAPITAL ESTRANGEIRA] IMPLICARÁ MAIS RECURSOS FINANCEIROS. HAVERÁ MAIS DISPONIBILIDADE DE FINANCIAMENTO, ESPECIALMENTE NA AGROPECUÁRIA."



FRASES & COMENTÁRIOS



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Ferramenta de gestão contra as incertezas das chuvas, a agricultura irrigada é atraente no cultivo de alta produtividade, com a aplicação de nutrientes e defensivos apropriados para explorar o potencial de variedades modernas.

ALAN BOJANIC, representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) no Brasil

Drones, inteligência artificial e automatização de serviços fazem parte da realidade das propriedades rurais. Lançamos o NovoAgro 4.0 em 2017. Em breve, faremos o primeiro edital para as *agritechs* com foco no campo.

BRENO DE MESQUITA, diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG) e presidente do Instituto Antonio Ernesto de Salvo (INAES)

Com os preços deprimidos das *commodities*, a solução para a economia agrícola dos Estados Unidos seria permitir a expansão de 10% para 15% na mistura de etanol com a gasolina. Os biocombustíveis são o motivo de o mercado de milho crescer no país.

JEFF BROIN, CEO da POET, empresa de biocombustível com sede em Sioux Falls, na Dakota do Sul, nos EUA

O nosso planejamento estratégico visa alcançar uma participação mais efetiva do setor cooperativo cafeeiro nas políticas nacional e internacional, principalmente para os pequenos produtores ficarem mais próximos da atuação da entidade.

SILAS BRASILEIRO, presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC)

Celebramos a decisão do Governo de elevar a mistura de etanol na gasolina de 8% para 10% (E10). A Colômbia é o terceiro maior produtor do produto na América do Sul.

JUAN CARLOS MIRA, presidente da Associação dos Produtores de Cana-de-Açúcar da Colômbia (Asocaña, na sigla em castelhano)

Quando a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) estiver definida e completamente em vigor, a partir de 2020, o empresário terá mais segurança, e veremos um novo ciclo de expansão no setor.

PEDRO MIZUTANI, presidente do Conselho Deliberativo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e vice-presidente de Relações Externas e Estratégia da Raízen

Para cada R$ 1 investido na erradicação da aftosa, tivemos retorno de R$ 27. Se formos estender o cálculo à peste suína clássica, à tuberculose, à brucelose bovina e aos programas de defesa sanitária da SDA, o número atinge R$ 67. Mesmo com os recursos muito aquém do necessário, conseguimos feitos incríveis.

LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL, secretário da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SDA/MAPA)

SEM SOBRESSALTOS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

AO QUE tudo indica, a economia brasileira tem navegado, ao longo dos últimos meses, em mares tranquilos. Os indicadores econômicos têm mostrado resultados positivos, ainda que não o suficiente para mudar significativamente a percepção de curto prazo dos agentes em relação ao desemprego e à queda da renda verificada nos anos anteriores.

De fato, a inflação brasileira tem surpreendido positivamente, situando-se abaixo das expectativas dos economistas para os primeiros meses de 2018. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o primeiro trimestre em 2,68% no resultado acumulado em doze meses. O destaque continua sendo a queda dos preços dos alimentos, com variação negativa do grupo alimentação no índice de 1,63% no acumulado em doze meses terminados em março deste ano. O bom resultado do setor agropecuário tem sido um dos principais vetores do comportamento dos preços



SHUTTERSTOCK

do grupo alimentação, o que tem contribuído significativamente para a queda da inflação no período.

A atividade econômica, por sua vez, tem dado sinais de que a retomada em 2018 será muito mais moderada do que o previsto inicialmente. A produção na indústria brasileira e outros indicadores que sinalizam o ritmo da atividade no País apontam para uma atividade mais fraca do que se supunha alguns meses atrás. Por conta disso, as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano em relação a 2017 estão sendo revistas para baixo e apontam um resultado positivo inferior a 3% neste ano.

A surpresa com a atividade econômica mais fraca do que o previsto também foi sentida pelo Banco Central (BACEN). Além do corte de juros, colocando a meta da taxa Selic em 6,25% a.a. (o menor patamar histórico desde o lançamento do Plano Real, em 1994), o BACEN também reduziu a proporção dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais sobre o total de depósitos à vista, de 40% para 25%, no final de março. Ainda que possa se discutir o impacto líquido desta medida sobre a oferta de crédito e, por consequência, sobre a atividade econômica, ficou claro que o BACEN está preocupado com o desempenho econômico em 2018, que tem se mostrado abaixo do esperado em termos de crescimento no primeiro trimestre do ano.

A volta a relativa normalidade da economia brasileira também trouxe um relativo alívio para as contas públicas brasileiras. Apesar de o governo federal ainda continuar registrando um expressivo déficit primário em 2018, as pressões sobre as contas governamentais diminuíram um pouco neste ano. Isso se deve ao efeito tanto dos juros mais baixos praticados, que reduzem a despesa de juros da dívida pública, quanto do crescimento econômico, que ajuda a conter a expansão da relação da dívida pública brasileira sobre o PIB.

Nesse sentido, pode-se dizer que o problema do ajuste fiscal brasileiro deixou de ser um problema conjuntural de curto prazo. No entanto, a questão estrutural do desajuste das contas públicas ainda permanece, particularmente a questão previdenciária. Fatalmente, o próximo governo deverá lidar com esta questão de forma rápida, ante o risco de ser inviabilizado caso essa problemática não tenha um encaminhamento favorável.

No médio prazo, além da questão eleitoral em si, outras variáveis econômicas começam a ensejar alguma preocupação. O destaque fica por conta da economia norte-americana. O crescimento econômico expressivo dos EUA ao longo dos últimos trimestres, aliado à baixa taxa de desemprego, fatalmente materializar-se-á em inflação mais alta adiante. Com isso, o Federal Reserve (Fed) deverá apertar os juros nos próximos trimestres. Em outras palavras, o ambiente de juros internacionais baixos, que beneficiou as economias emergentes ao longo dos últimos anos, aparentemente está se encerrando. Os impactos desse fenômeno sobre as economias dos países emergentes não serão neutros, com potencial depreciação da moeda destes países frente ao dólar norte-americano.

De qualquer forma, o ano de 2018 parece relativamente dado para a economia brasileira. O quadro econômico do ano que vem, no entanto, depende inteiramente do resultado das eleições de outubro, quando um novo governo tomará as rédeas da economia. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

QUEDA NA TAXA DE JUROS NO PLANO SAFRA 2018/2019

O próximo ano agrícola vai de julho de 2018 a junho de 2019. A disponibilidade de crédito deverá se manter próxima de R$ 188 bilhões, em função do teto de gastos obrigatório do Governo. Com isso, acirra-se a demanda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) junto ao Ministério da Fazenda (MF) para reduzir a taxa de juros controlada de 8,5% para 5,0%, no custeio, e de 7,5% para 5,0% ao ano, no Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) e no Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra).

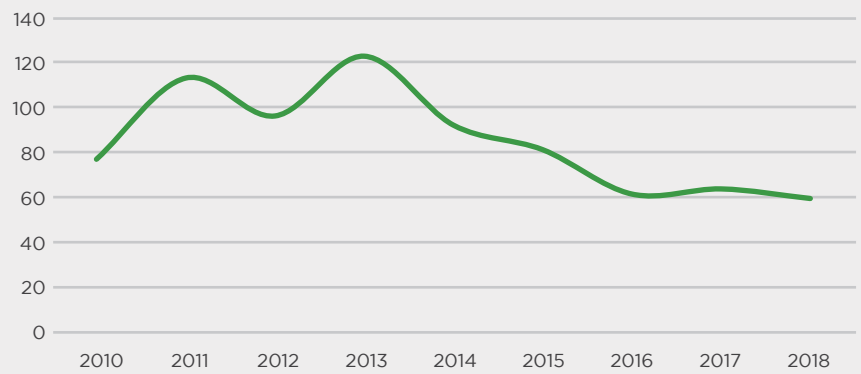
CONGRESSO REJEITA VETO PRESIDENCIAL

Em sessão do Congresso Nacional, senadores e deputados federais rejeitaram o veto do presidente da República, Michel Temer, a dispositivos do Projeto de Lei (PLC nº 165/17) que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR). A decisão envolve o projeto que renegocia as dívidas previdenciárias do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Os dispositivos vetados seguirão para promulgação e passarão a integrar a lei.

AGRICULTURA AMERICANA

A renda agrícola na agricultura dos Estados Unidos despencou entre 2013 e 2017. Para 2018, as projeções são de nova queda. As lideranças rurais desaprovam as propostas governamentais de desmontar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês), firmado com Canadá e México, e de aplicar sanções comerciais contra a China. Isso terá impacto negativo sobre as exportações, principalmente de soja e milho. A retirada dos biocombustíveis, como o etanol de milho, é outra questão crítica. O governo Trump promete um pacote de bondades para o setor amenizar essa situação.

ESTADOS UNIDOS: RECEITA LÍQUIDA DA AGRICULTURA
(US$ BILHÕES)



Fonte: USDA

AUMENTA A PRODUÇÃO NACIONAL DE BIODIESEL

Desde 1º de março, a proporção de óleo produzido a partir de biomassa no diesel comercializado no Brasil aumentou de 8% para 10%, de acordo com decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a produção nacional de biodiesel deverá aumentar para 5,5 bilhões de litros em 2018, ante 4,3 bilhões de litros produzidos em 2017. A participação da produção de biodiesel na venda interna de diesel passou de 4,84% a 7,85% entre 2010 e 2017.

BRASIL: CONSUMO DE DIESEL E PRODUÇÃO DE BIODIESEL
(MILHÕES DE LITROS)

ANO	Consumo de diesel	Produção de biodiesel
2010	49.239	2.386
2011	51.782	2.672
2012	55.900	2.762
2013	58.571	2.929
2014	60.032	3.410
2015	57.211	4.005
2016	54.279	3.799
2017	54.772	4.302

Fonte: ANEC

SOMOSCOOP É A MARCA DO COOPERATIVISMO

O movimento SomosCoop levanta a bandeira do cooperativismo no Brasil. O seu principal objetivo é conectar cooperativas, cooperados e integrantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB) em torno de uma única causa para tornar o cooperativismo conhecido e reconhecido na sociedade. Com isso, busca despertar a consciência das pessoas para a importância do cooperativismo e gerar orgulho naqueles que abraçam a causa. Em dezembro de 2017, havia 1.017 cooperativas em atividade, presentes em cerca de metade das cidades brasileiras, com 4.679 agências.

AGENDA DO COMITÊ RENOVABIO

Portaria do Ministério de Minas e Energia (MME) definiu o funcionamento do Comitê RenovaBio, encarregado de recomendar as metas compulsórias da redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis. Até o dia 16 de maio, as sugestões e as considerações levadas a consulta pública deverão estar prontas para serem submetidas ao CNPE.

RETALIAÇÃO COMERCIAL ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos tomaram a decisão de taxar o equivalente a R$ 50 bilhões adicionais de produtos chineses. Em 2016, segundo o Observatory of Economic Complexity (OEC), o déficit comercial dos americanos com a China foi de US$ 270 bilhões, com exportações de US$ 385 e importações de US$ 115. Em reação, o governo chinês anunciou tarifas em 128 produtos americanos. Isso poderá beneficiar os negócios brasileiros, como na suinocultura e na cultura de soja em grão.

EXPORTAÇÃO DE SUÍNOS E SOJA PARA A CHINA EM 2017

PRODUTO	EUA		Brasil	
	Milhões de toneladas	US$ milhões	Milhões de toneladas	US$ milhões
Suínos	275	488	49	101
Soja	33	12.356	51	20.130

Fonte: ABPA; serviço aduaneiro chinês

STF VALIDA ARTIGOS DO CÓDIGO FLORESTAL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade da maioria dos pontos do novo Código Florestal, lei de 2012 que alterou norma anterior de 1965 e institui como deve ser feita a proteção de áreas de floresta, sobretudo em propriedades rurais. Nos principais itens questionados, considerou-se que não ferem a Constituição os artigos da lei que anistiavam de multa e outras obrigações quem desmatou ilegalmente até 22 de julho de 2008, mas que havia aderido ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

PROJETO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Uma parceria entre a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) lançou o projeto-piloto, em Paris (França), para estabelecer normas internacionais para a produção agrícola responsável. A iniciativa montou o "Guia de Cadeias Responsáveis de Abastecimento Agrícola" com a pretensão de engajar trinta empresas líderes com informações sobre o impacto das cadeias de suprimentos sobre os trabalhadores, os direitos humanos, o meio ambiente, a segurança alimentar e os direitos de posse.



SHUTTERSTOCK

MERCADO DE TRABALHO NO AGRO

MAIOR REMUNERAÇÃO, MENOS POSTOS DE TRABALHO

FELIPPE SERIGATI[1] KELLEN SEVERO[2] ROBERTA POSSAMAI[3]

AO LONGO de 2017, o mercado de trabalho brasileiro demonstrou uma recuperação que, embora não seja necessariamente lenta (gerou um número expressivo de postos de trabalho), é de qualidade inferior (parte significativa destes postos foi criada no setor informal). Naturalmente, essa dinâmica não tem sido semelhante entre todos os setores econômicos nacionais. Neste artigo, sintetizamos as principais características sobre a evolução do mercado de trabalho do agronegócio brasileiro em sete pontos principais.

1. O AGRONEGÓCIO TEM GERADO CADA VEZ MENOS POSTOS DE TRABALHO

Ao final 2017, a população ocupada no agronegócio (18 milhões de pessoas) respondia por 19,6% de toda a força de trabalho ocupada no Brasil (92,1 milhões de pessoas). Ao menos desde 2012, o agronegócio brasileiro tem gerado cada vez menos postos de trabalho: enquanto, ao final de 2012, o setor gerava ocupação para 19,7 milhões de pessoas; ao final de 2017, esse número caiu para 18,0 milhões de pessoas (uma contração de 8,4% no período, equivalente a uma redução de 1,9% a.a. em média).

2. A CONTRAÇÃO DO NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO DEU-SE, PRINCIPALMENTE, NAS ATIVIDADES DENTRO DA PORTEIRA

Entre 2012 e 2017, essa mesma dinâmica foi observada em todos os segmentos do agronegócio, com exceção do setor de serviços/distribuição. Porém, a contração da população ocupada deu-se com maior intensidade nas atividades agrícolas, que, na média, contraíram-se em 5,0% a.a.

3. ESSA CONTRAÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NÃO É UMA MÁ NOTÍCIA

Embora, à primeira vista, essa redução da população ocupada possa ser vista como um problema; na realidade, é justamente o oposto. A contração da população ocupada no setor foi resultado da incorporação de tecnologias mais intensivas em capital e poupadoras de mão de obra. Esse processo de incorporação de tecnologia permitiu que o setor tivesse expressivos aumentos de produtividade, gerando cada vez mais renda (por exemplo, entre 2012 e 2017, enquanto a economia brasileira encolheu, em média, 0,1% a.a.; as atividades agropecuárias cresceram, em média, 3,3% a.a.). Nas localidades onde o agronegócio é a atividade econômica principal, essa expansão da renda aqueceu o setor de serviços, que, por sua vez, absorveu uma quantidade de mão de obra maior do que aquela liberada pelas atividades do universo agro.

4. A CONTRAÇÃO DA INFORMALIDADE DEU-SE DE FORMA AINDA MAIS INTENSA

No agronegócio, houve forte redução da informalidade entre 2012 e 2017: em média, a um ritmo de 3,4% a.a. (uma taxa de contração mais intensa do que no restante da economia brasileira, que foi de 0,7% a.a. no mesmo período). Essa forte contração das ocupações informais deu-se em todos os segmentos no agronegócio brasileiro (com exceção do setor de serviços), com especial destaque para as atividades agropecuárias (-4,1% a.a.) e a agroindústria (-2,8%).

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

3 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@fgv.br

5. E HOUVE EXPANSÃO DO NÚMERO DE EMPREGADORES

Enquanto houve contração da população ocupada no setor, tanto formal (-1,4% a.a. em média), quanto informal (-3,4% a.a.); houve expansão no número de empregadores (2,5% a.a.). É importante destacar que nessa categoria "empregador" não estão inclusos os trabalhadores por conta própria (que encolheram ao ritmo de 1,5% a.a.) nem os trabalhadores familiares (que, por sua vez, encolheram de forma ainda mais intensa: -6,6% a.a.).

6. NA PECUÁRIA, HOUVE EXPANSÃO DAS OCUPAÇÕES FORMAIS

De todos os segmentos do agronegócio, apenas na pecuária houve expansão das ocupações formais (crescimento de 0,4% a.a. em média), liderada pelo aumento do número de empregadores (4,6% a.a.) e do de trabalhadores por conta própria (0,5% a.a.), embora tenha havido contração dos contratados com carteira de trabalho (-0,2% a.a.).

7. ESSA DINÂMICA LEVOU A UMA EXPANSÃO DAS REMUNERAÇÕES DO SETOR ACIMA DA MÉDIA BRASILEIRA

O rendimento médio mensal recebido pela população ocupada no agronegócio (R$ 1.406, em 2017) continua sendo menor do que no restante da economia brasileira (R$ 2.078). Ou seja, no ano passado, a remuneração dos ocupados no agronegócio foi equivalente a 67,7% da remuneração média na economia brasileira. Porém, essa distância tem ficado cada vez menor. ■

TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO DE CADA TIPO DE OCUPAÇÃO ENTRE 2012 E 2017

(% A.A.)

TIPO DE OCUPAÇÃO	TOTAL	Formal				Informal		
		Total	Contratados	Conta própria	Empregador	Total	Sem carteira	Trabalhador familiar
Insumos	-2,1%	-2,0%	-1,9%	-2,0%	2,9%	-2,1%	-2,4%	15,9%
Pecuária	-0,5%	0,4%	-0,2%	0,5%	4,6%	-2,2%	0,5%	-5,3%
Agricultura	-5,0%	-4,9%	-3,4%	-5,5%	-1,3%	-5,0%	-1,2%	-9,0%
Agropecuária	-3,6%	-3,2%	-2,4%	-3,7%	1,1%	-4,1%	-0,7%	-8,0%
Agroindústria	-1,5%	-1,3%	-2,4%	1,1%	2,0%	-2,8%	-4,2%	5,5%
Serviços	1,9%	2,3%	0,9%	4,3%	5,3%	0,5%	0,3%	2,4%
Agronegócio	**-1,9%**	**-1,4%**	**-1,5%**	**-1,5%**	**2,5%**	**-3,4%**	**-1,4%**	**-6,6%**
Brasil	**0,3%**	**0,5%**	**-0,4%**	**2,1%**	**3,7%**	**-0,7%**	**-0,1%**	**-4,0%**

Fonte: PNAD Contínua/IBGE; elaboração: GV Agro

RENDIMENTO MÉDIO NO TRABALHO PRINCIPAL EM 2017 E EXPANSÃO DESDE 2012

SETOR	Valor mensal[1]	Brasil	Agronegócio	Taxa de crescimento[2]	Taxa de crescimento acumulado[3]
Insumos	2.639	127,0%	187,6%	1,5%	7,0%
Pecuária	1.356	65,3%	96,4%	1,4%	6,7%
Agricultura	1.032	49,7%	73,4%	1,7%	8,3%
Agropecuária	1.148	55,3%	81,6%	1,8%	9,2%
Agroindústria	1.414	68,1%	100,6%	0,7%	3,5%
Serviços	1.885	90,8%	134,1%	-0,2%	-1,1%
Agronegócio	**1.406**	**67,7%**	**100,0%**	**1,4%**	**7,0%**
Brasil	**2.078**	**100,0%**	**147,7%**	**0,9%**	**4,6%**

1 Valor médio em R$ ao longo de 2017; 2 Taxa de crescimento = média das variações intra-anuais dos trimestres entre 2012 e 2017; 3 Taxa de crescimento acumulado = expansão da média das remunerações entre o decorrer de 2012 e o decorrer de 2017
Fonte: PNAD Contínua/IBGE; elaboração: GV Agro

MERCADO DE MILHO

O PECUARISTA PRECISA FUGIR DO RISCO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista e consultor da Scot Consultoria

Para o pecuarista que precisará de milho para o confinamento no segundo semestre, a recomendação é aguardar o início da colheita e a pressão de baixa em função da maior oferta.

A ELEVAÇÃO dos preços no mercado de milho surpreendeu no primeiro quadrimestre deste ano. Nem mesmo os estoques recorde de passagem do cereal, estimados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 17,71 milhões de toneladas, foram suficientes para impedir a alta de preços do cereal. Este movimento era até previsto, mas não na intensidade verificada.

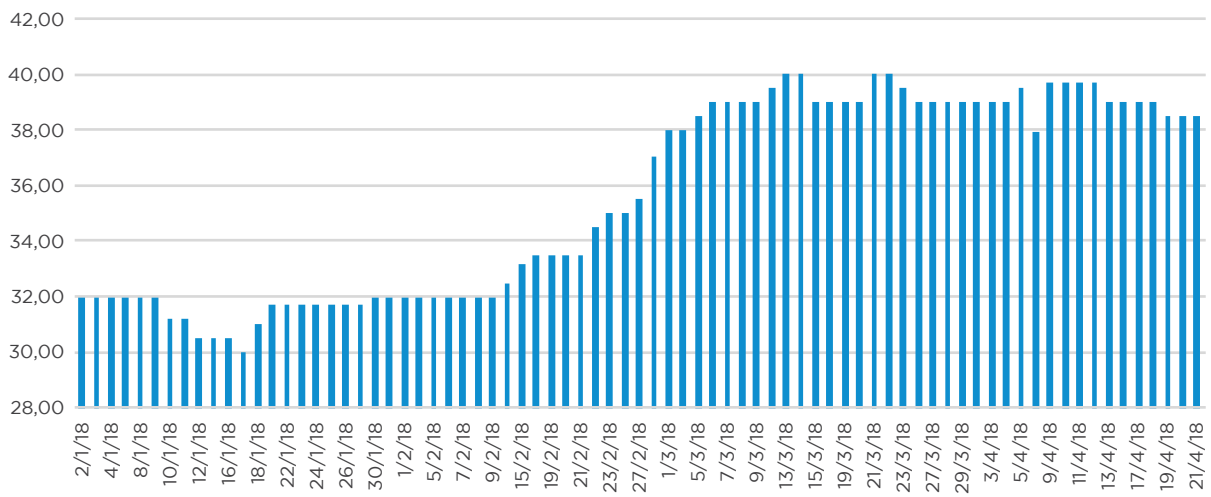
Quando se toma a região de Campinas, no estado de São Paulo, verifica-se que a subida foi expressiva, na ordem de 40,0%: de R$ 30,00 a saca, em janeiro, para R$ 42,00 a saca, em março. Essa reação veio com a previsão de uma menor produção na safra 2017/18. Em relação à temporada passada, a colheita deve sofrer atrasos e cair 9,4%. Existem, ainda, outros fatores, como a volatilidade do dólar, a quebra de produção na Argentina e a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China.

Mas, o fator de maior impacto, considerando que há milho estocado no País, foi que o vendedor focou na comercialização da soja, que também teve forte alta de preços no período analisado, diminuindo, assim, a oferta do cereal no mercado brasileiro.

LIÇÕES APRENDIDAS

O pecuarista, principalmente o confinador, precisa monitorar o mercado de milho para se posicionar com relação às compras, dado o seu impacto

CAMPINAS-SP: PREÇOS DO MILHO GRÃO SEM O FRETE
(R$ POR SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria



SHUTTERSTOCK

considerável nos custos de produção da atividade. Depois do boi gordo, que representa 70% dos custos operacionais, os alimentos concentrados representam o maior item de peso nos custos, com aproximadamente 25% do total.

Desta forma, montar uma estratégia de compras dos insumos é fundamental, principalmente pelas repercussões com as incertezas políticas deste período eleitoral, além, é claro, do risco da ocorrência de adversidades climáticas.

Do lado do consumidor, a estratégia seria antecipar o volume de compras para o começo do ano, de modo a fazer frente à demanda deste primeiro semestre. O plano passa por uma avaliação das questões relacionadas à armazenagem do produto até o consumo, como disponibilidade de armazém e custos de estocagem.

Outra opção teria sido o pecuarista "carregar" esse milho na Bolsa (B3). Em janeiro deste ano, os contratos com vencimento para março de 2018 eram negociados por volta de R$ 34,00, com valores fechados a R$ 44,00.

E PARA QUEM NÃO COMPROU?

Até o final deste primeiro semestre, as atenções seguirão voltadas para o clima e o desenvolvimento da segunda safra de milho no País. Podemos trabalhar em dois cenários:

- no primeiro, no Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás) e em parte da região Sudeste (Minas Gerais, principalmente), com chuvas regulares, a disponibilidade de água no solo deve ser suficiente para o bom desenvolvimento das lavouras de milho de inverno; e

- no segundo, no Paraná, em Mato Grosso do Sul e em São Paulo, com precipitações pluviométricas menores e uma menor disponibilidade de água, a produtividade no campo poderá ser afetada.

Com isso, a expectativa é de preços firmes para o milho no curto prazo, nesse chamado "mercado de clima". À medida que a colheita da segunda safra ganhar força no País, certamente haverá espaços para quedas nas cotações.

Para o pecuarista que precisará de milho para o confinamento no segundo semestre, a recomendação é aguardar o início da colheita e a pressão de baixa em função da maior oferta. É sempre bom lembrar a representatividade da segunda safra: em torno de 70% da produção total. Este volume deverá somar-se aos estoques remanescentes de passagem e de milho de verão, cujas colheitas estão concluídas. ■

SEBO BOVINO

POTENCIAL PARA PRODUÇÃO DE BIODIESEL NO BRASIL

ALECYR DOS REIS CARRARO
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (PPGAd/UFF), *campus* Volta Redonda – alecyrcarraro@gmail.com

ALDARA DA SILVA CÉSAR
Professora no Departamento de Engenharia de Agronegócios da UFF – aldaracesar@id.uff.br

MARCO ANTONIO CONEJERO
Professor no Departamento de Administração e Administração Pública (VAD) da UFF – marcoac@id.uff.br

NO BRASIL, o setor de biodiesel é alavancado pelo crescimento da obrigatoriedade de adição do biodiesel ao diesel. O setor iniciou com a adição de 2% (B2), em 2008, e chega, dez anos depois, ao B10, o que equivale a um consumo em torno de 5,3 bilhões de litros em 2018. Estimativas de crescimento do setor brasileiro de biodiesel projetam o B20 até 2030.

Todo o biodiesel é produzido e consumido no mercado doméstico, sendo comercializado por meio dos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A indústria brasileira de biodiesel possui uma capacidade instalada de 7,7 bilhões de litros/ano, havendo, portanto, espaço para crescimento na sua utilização.

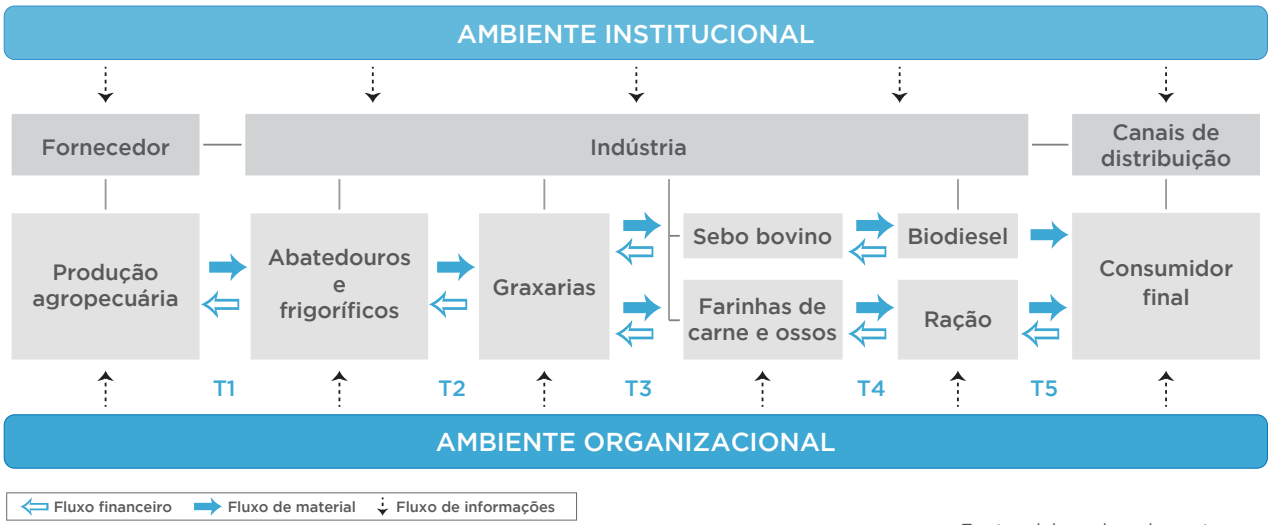
Atualmente, o biodiesel é produzido a partir de um amplo conjunto de matérias-primas: óleos vegetais, gorduras animais, óleos alimentares usados e algas. No entanto, as mais utilizadas são a soja e o sebo bovino, cujas representatividades giram em torno de 70% e 14% respectivamente.

No que tange ao uso de sebo bovino para biodiesel, cabe lembrar que o Brasil possui o segundo maior rebanho bovino do mundo, sendo o maior exportador de carne bovina desde 2008. Estima-se que

SHUTTERSTOCK



CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE BIODIESEL A PARTIR DO ABATE DE ANIMAIS



Fonte: elaborado pelos autores

a exportação de carne bovina brasileira crescerá 2,15% ao ano, e, até 2020, a expectativa é atender 44,5% do mercado mundial.

Diante dessa situação, visualiza-se o potencial de produção de biodiesel a partir do sebo bovino, sendo de interesse do pecuarista, do frigorífico e da indústria produtora de biodiesel, pela possibilidade de aproveitamento de um subproduto que, até pouco tempo atrás, era pouco utilizado, quando não descartado.

A matéria-prima 'boi' gera uma infinidade de produtos e subprodutos, que têm processamentos específicos. Os matadouros realizam o abate dos animais, produzindo a matéria-prima destinada às graxarias. O material não comestível (sangue, ossos, cascos, chifres, gorduras, aparas de carne, animais ou suas partes condenadas pela inspeção sanitária e vísceras não comestíveis) enviado para graxarias representa 38% do peso vivo de um bovino. Nas graxarias, são processados os subprodutos e os resíduos dos abatedouros, gerando como produtos principais o sebo e as farinhas de carne e ossos.

Em média, são gerados 34 kg de sebo por cabeça de bovino abatido. Ou seja, em 2017, das 26.627.975 cabeças abatidas, estima-se a produção de 905.351 toneladas de sebo bovino – 9,7% a mais do que no ano anterior.

Um ponto desfavorável ao uso de sebo bovino como matéria-prima para biodiesel é a ausência de um mercado estável para a comercialização do produto no País, com um sistema claro e transparente de formação de preços. Além disso, muitos produtores de biodiesel baseiam-se no mercado de óleo de soja para a tomada de suas decisões de compra de sebo bovino. Assim, recorrem ao sebo somente quando o preço do óleo de soja está alto.

De qualquer forma, o sebo bovino tem baixo custo porque é extraído como resíduo a partir de partes menos nobres do boi. Além disso, o seu direcionamento para a indústria de biocombustíveis não compete com a produção de alimentos. Ou seja, essa matéria-prima permitiria a expansão da produção de alimentos e energia e, ainda, propiciaria uma forma ambientalmente correta de descarte de resíduos.

Portanto, o sebo bovino abundante em todo o País pode destacar-se como suprimento na cadeia de biodiesel, sendo uma oportunidade de diversificação das matérias-primas utilizadas pelo setor, com vantagens econômicas e ambientais, além de apresentar propriedades técnicas favoráveis. ■

Nota: estudo desenvolvido pelo Grupo de Análise de Sistemas Agroindustriais (GASA) da UFF – http://facebook.com/gasauff/

BEBIDAS FRIAS E PANIFICAÇÃO

BOM DESEMPENHO NA AMÉRICA LATINA

CASSIANO FACCHINETTI
Diretor da Koelnmesse Brasil

OS SEGMENTOS de bebidas frias e panificação, que estarão representados na ANUFOOD Brazil, devem manter crescimento nos próximos cinco anos.

Embora os refrigerantes ainda sejam a maior categoria em bebidas frias na América Latina, eles estão perdendo espaço para outras, incluindo água engarrafada e chá pronto para beber. O produto continua a crescer, impulsionado pelo aumento das vendas em países como Bolívia e Guatemala, porém a contribuição da categoria no total de bebidas frias na América Latina está perdendo relevância. Já o segmento de pães e massas mantém um crescimento elevado.

Esses são dois dos dez setores que integrarão a primeira edição da ANUFOOD Brazil, que acontecerá entre os dias 12 e 14 de março de 2019, em São Paulo.

De acordo com dados da Euromonitor International, que integra a lista de parceiros da feira, os refrigerantes representavam 63% do volume de vendas de bebidas frias na América Latina em 2003. Em 2017, passaram a representar 51%. O consumo *per capita* está decaindo em um grande número de países latino-americanos, incluindo Brasil, Chile e Colômbia.

Como grande parte do crescimento em volume das vendas vem do aumento da população, o envelhecimento populacional na maior parte da região impedirá a impulsão das vendas como visto nos últimos anos, acredita o analista de Bebidas da Euromonitor International, Matthew Barry.

Contudo, o crescimento de bebidas acontece por meio de outras categorias do segmento. Enquanto o volume de vendas de refrigerantes cresce a uma taxa média de 1% ao ano, o chá pronto para beber, a água engarrafada e os energéticos sobem a taxas médias de 3%, 4% e 8% ao ano, respectivamente.

Pela pesquisa, as oportunidades de crescimento mais significativas nos refrigerantes, em grande parte da região, virão das alternativas com baixo teor de açúcar. Diferentemente de mercados mais maduros, como América do Norte e Europa Ocidental, as versões dos refrigerantes com baixo teor de açúcar ainda apresentam bom desempenho nos países latino-americanos. É esperado, segundo



© KOELNMESSE GMBH

dados da consultoria, que as vendas deste tipo de produto adicionem US$ 522 milhões à economia na região entre 2017 e 2022.

Os refrigerantes ainda apresentam potencial de crescimento, mas não comandam mais as vendas de bebidas frias na América Latina como ocorria anteriormente. A competição com outras categorias, mudanças demográficas e o crescente ceticismo sobre o açúcar estão derrubando as vendas. A projeção é que os refrigerantes representem, pela primeira vez, menos da metade das vendas de bebidas frias já nos próximos anos.

Já o setor de pães e massas tem avançado em volume e faturamento. Mas, a variação é bastante desigual. Enquanto o segmento teve aumento de 3,2% na quantidade vendida no período de 2012 a 2017, o valor obtido no varejo cresceu 45,5% na América Latina. Trata-se de uma situação que, para a Euromonitor International, deve continuar nos próximos cinco anos, mas num ritmo menor.

Já um estudo da Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI), em parceria com a consultoria Nielsen, mostra que o setor teve crescimento de 7,4% no volume e 61,1% no valor de varejo nos últimos cinco anos no Brasil e que deverá chegar a 11,2% no volume e 14,9% no faturamento entre 2017 e 2022, contribuindo fortemente para os resultados da América Latina.

Pelo estudo, o segmento faturou R$ 39,252 bilhões no País em 2017. Este foi o melhor resultado entre os países da América Latina, o que reforça a importância da ANUFOOD Brazil neste momento para a promoção de pães e massas de origem brasileira nos mercados interno e externo.

Presentes na primeira edição brasileira da ANUFOOD Brazil, os setores *Bread* & *Bakery* e *Drinks* & *Hot Beverages* entendem que a feira fortalecerá o comércio internacional e fomentará discussões estratégicas para as categorias no futuro. ■



© KOELNMESSE GMBH

LEI AGRÍCOLA PLURIANUAL

UM MODELO PARA O BRASIL

DA REDAÇÃO

APESAR DA tentativa de estabelecer uma legislação que vigorasse por um período determinado, a exemplo das leis americana (Farm Bill) e europeia (Política Agrícola Comum – PAC), a Lei Agrícola brasileira (Lei nº 8.171/91), em seu formato atual, mostrou-se generalista e norteadora de princípios com pouco efeito prático.

Em 2014, as propostas de plano de governo para o agronegócio apresentadas aos presidenciáveis pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e durante o 14º Congresso Brasileiro de Agribusiness (CBA) – organizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) – defenderam a implantação de políticas agrícolas plurianuais.

De lá para cá, nada houve de evolução prática. Depois do biênio de crise econômica de 2015 e 2016 e com a queda nas taxas de inflação e nos juros da taxa Selic, o tema ganha evidência novamente. O ambiente de negócios passa a mostrar duas tendências:

- Perda de competitividade dos financiamentos às taxas de juros controladas pelo sistema nacional de crédito rural para as operações livres de mercado;

- Crescimento dos títulos do agronegócio que atraem cada vez mais investidores do mercado de capitais.

Também ganha importância o uso cada vez maior da política de seguro rural, não apenas para cobrir riscos de desastres naturais, mas também para proteger a renda do produtor.

Nesse sentido, algumas informações sobre as leis agrícolas americana e europeia ajudam a ilustrar as análises sobre o assunto.

A FARM BILL

Com vigência de cinco anos, pode ser reautorizada quando, uma vez expirada, não for aprovada outra. A previsão orçamentária é para dez anos. Diversos temas ligados a agricultura estão abrangidos pela Farm Bill, tais como extensão rural, energia, florestas, desenvolvimento rural, política agrícola, entre outros. Tanto para o setor privado, como para o governo, o texto constitui um instrumento norteador de previsibilidade.

O rito normativo começa com um projeto de lei apreciado pelos comitês de agricultura e pelos plenários da Câmara e do Senado. Após aprovado em cada Casa, uma Comissão analisa as propostas e dirime as diferenças existentes. O projeto final é votado na Câmara e no Senado e segue para sanção ou veto presidencial no prazo de dez dias. Eventual veto poderá ser anulado pelo voto de dois terços dos parlamentares do Congresso.

Como normalmente os parlamentares propõem medidas de apoio aos interesses da sua base eleitoral, os embates entre os partidos Republicano e Democrata ficam minimizados.

Existe um limite de ajuda por produtor, sendo que todo o orçamento aprovado é a fundo perdido, a exceção do seguro rural, em que o produtor paga uma parte. A cada ano, é feita uma revisão no orçamento previsto. A lei não trabalha com metas, mas com as atividades descritas no orçamento, contingenciado ou não.

O orçamento da última Farm Bill, aprovada em setembro de 2014, foi de US$ 956 bilhões para o período de 2014 a 2023, sendo US$ 756 bilhões para auxílio nutricional. Isso aumenta o apelo para a aprovação da Lei pela população urbana. A atual

legislação reduziu os subsídios diretos, mas aumentou as garantias de preços e seguros subsidiados aos agricultores. O montante de incentivos para cobrir as perdas pode chegar a US$ 64,5 bilhões até 2018.

A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

Aprovada pela primeira vez pelo Parlamento europeu, a lei atual está em vigor desde 2013 e vai até 2020. O seu conteúdo está baseado em dois pilares: (i) apoio direto aos produtores (recursos a fundo perdido); e (ii) desenvolvimento rural.

A proposta de política agrícola foi feita pela Comissão Europeia (braço Executivo da União Europeia) com base em consultas centradas nos principais desafios para a agricultura, isto é, econômicos, de competitividade, ambientais e de desenvolvimento. A seguir, a proposta foi para aprovação pelo Parlamento e pelo Conselho, sendo prevista uma revisão a cada dois anos. O seu orçamento corresponde a 40% do valor total do bloco.

O MODELO BRASILEIRO

No Brasil, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) passa por consulta às entidades representativas e às Câmaras Setoriais, com envolvimento do Gabinete da Casa Civil, no papel de coordenador do processo. Em geral, o Governo define o montante de recursos a serem alocados, e o Tesouro estabelece limites e exigibilidades.



SHUTTERSTOCK

Uma premissa importante para formatar um PAP plurianual é a estabilidade de variáveis macroeconômicas como a inflação, o câmbio e o juro. Esse alinhamento ajuda na construção de cenários para a agropecuária em termos de previsão de recursos para o crédito rural, seja em custeio, investimento ou comercialização.

As operações de crédito para o campo devem levar em conta, de forma integrada, todas as atividades desenvolvidas na propriedade. A liberação e o pagamento das parcelas precisam considerar o fluxo de caixa no horizonte de diversos ciclos agrícolas.

Sem a estabilidade macroeconômica observada nos Estados Unidos e na União Europeia, cabe introduzir as reformas necessárias no modelo de crédito e seguro rural orientadas para o mercado. A manutenção de baixas taxas na inflação e nos juros da taxa Selic cria um ambiente mais competitivo entre os agentes econômicos, seja do lado da oferta ou do da demanda de produtos e serviços. A digitalização fomenta esse processo e substitui as burocráticas práticas tradicionais.

De início, a proposição de um PAP plurianual poderia adotar a roupagem de Plano Nacional, e não necessariamente de lei. A revisão seria anual, quando encaminhada a Lei Orçamentária Anual (LOA). Móvel, com vigência de cinco anos, o Plano diminuiria o impacto das mudanças e permitiria adotar estratégias de reorientação das políticas em caso de necessidade.

Como diversos Ministérios estarão envolvidos, há um espaço de tempo para promover consenso entre eles. Esse processo institucional requer credibilidade para as propostas seguirem em frente. Com indicadores para viabilizá-lo, o Plano deve basear-se em metas de área, produção, recursos financeiros e balanço de emissões, entre outras. A abrangência da proposta, a diferença entre safra e ano civil e o alinhamento com a com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fazem parte desse desafio. ■

DESMATAMENTO ZERO

POLÍTICAS PRECISAM CONSIDERAR IMPACTOS REGIONAIS

SERGIO LEITÃO
Advogado e diretor executivo do Instituto Escolhas

AS POLÍTICAS públicas brasileiras, mesmo as mais relevantes, costumam não avaliar qual será o seu custo social, ou seja, o que a sociedade deverá suportar como efeito da sua implementação. Mais do que isso, dificilmente se calculam as diferenças desses custos entre as regiões do País ou as classes sociais.

Quando se fala sobre zerar o desmatamento no País, os estudos geralmente abordam os benefícios para a sociedade em geral da proteção da floresta e das suas possibilidades de uso econômico, mas havia uma lacuna sobre os impactos nos estados diretamente envolvidos e para as famílias mais pobres, que dependem de atividades econômicas relacionadas ao desmatamento – como a pecuária, normalmente de baixíssima produtividade – e não possuem opção de trabalho no curto prazo para substituir a ocupação anterior.

Do ponto de vista do debate político, essa falta de informações sobre o impacto socioeconômico é uma oportunidade para quem se opõe à política de desmatamento zero usar esse efeito sobre as populações mais vulneráveis como argumento contra a sua implantação. As consequências do adiamento da adoção dessa política, porém, são a manutenção de atividades de baixo retorno econômico e alto impacto ambiental, aprisionando os estados de fronteira agrícola em um ciclo de dependência que os impede de expandir os horizontes de seu processo de desenvolvimento.

Lançado no final de 2017, o estudo "Qual o impacto do desmatamento zero no Brasil?", do Instituto Escolhas, procurou preencher esse vazio mostrando o efeito do desmatamento zero sobre as parcelas economicamente vulneráveis das regiões que mais terão que contribuir para eliminar o desmatamento

IMPACTO DO DESMATAMENTO ZERO SOBRE A ECONOMIA NO BRASIL
(ACUMULADO ENTRE 2016 E 2030)

VARIÁVEL	%
Consumo real das famílias	-0,58
Investimento real	-3,32
Consumo real do governo	-0,58
Volume de exportações	-1,94
Volume de importações	-0,85
Salário real	-1,23
PIB real	**-0,62**

Fonte: Instituto Escolhas

IMPACTO DO DESMATAMENTO ZERO SOBRE O PIB
(ACUMULADO ENTRE 2016 E 2030)

REGIÃO	PIB real	%
NORTE	RO	-3,01
	AC	-4,53
	AM	-0,55
	RR	-1,47
	PA	-2,05
	AP	-0,64
NORDESTE	MATOPIBA (MA, TO, PI e BA)*	-1,04
	PE e AL	-0,40
	CE, RN, PB e SE	-0,44
SUDESTE	MG	-0,48
	SP	-0,38
	ES e RJ	-0,17
SUL	PR, SC e RS	-0,65
CENTRO-OESTE	MS	-1,11
	MT	-3,17
	GO e DF	-0,99
BRASIL		**-0,62**

* A exceção é o Tocantins, estado da região Norte
Fonte: Instituto Escolhas

(estados da fronteira agrícola na Amazônia – Pará e Mato Grosso – e do MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Os resultados mostraram que haveria um impacto muito pequeno no Produto Interno Bruto (PIB) nacional (redução de apenas 0,62% no acumulado entre 2016 e 2030 se todo o desmatamento, ilegal e legal, cessasse imediatamente).

Mas, apesar de as perdas serem baixas considerando um horizonte de tempo de quinze anos (2016 a 2030) e não terem sido considerados os benefícios econômicos de se zerar o desmatamento, o estudo mostrou que o impacto não é uniforme nem regionalmente nem entre as classes sociais, recaindo mais sobre as famílias de baixa renda. E isso não pode ser ignorado. Não significa, porém, que políticas para zerar o desmatamento não devem ser feitas, pois são fundamentais para a sociedade e a economia brasileiras; mostra apenas que é preciso ponderar como devem ser implementadas para dar conta desses problemas.

Enquanto essa perda de PIB não chega a 0,20%, no período acumulado de 2016 a 2030, em estados como Espírito Santo e Rio de Janeiro; nos estados amazônicos, as reduções acumuladas para o período chegam a 4,53% (no Acre), 3,17% (em Mato Grosso), 3,01% (em Rondônia) e 2,05% (no Pará). Essas diferenças também estão presentes quando se verificam as variações por atividade profissional: a perda de salário real causada pelo fim do desmatamento é de 1,06% até 2030 para quem está nas atividades mais qualificadas no País, enquanto, para os que estão nas menos qualificadas (como, por exemplo, a pecuária extensiva), essa perda é de 2,61%. No consumo real das famílias, aquelas de maior renda perderiam 0,03%, enquanto as mais pobres teriam uma redução de 1,80%.

Essa diferença aumenta quando se faz o recorte regional. Com taxas de desmatamento entre 2016 e 2030 projetadas de 3,12% e 2,63% respectivamente, Pará e Mato Grosso seriam, como se viu, impactados por uma política de desmatamento zero. A perda de PIB em Mato Grosso é maior (5,40%), porque a sua economia depende maciçamente de atividades ligadas ao desmatamento, como a pecuária e a agricultura. No Pará, essa perda é um pouco menor (4,20%), em razão da forte presença

IMPACTO DO FIM DO DESMATAMENTO NO SALÁRIO DOS TRABALHADORES
(ACUMULADO ENTRE 2016 E 2030, EM %)

NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR		Pará	Mato Grosso
Menos qualificado	1	-3,14	-5,18
	2	-6,30	-5,80
	3	-3,13	-5,68
	4	-2,54	-6,50
	5	-3,72	-4,73
	6	-3,31	-4,88
	7	-2,58	-2,95
	8	-1,82	-1,72
	9	-0,27	-1,50
Mais qualificado	10	-0,195	-1,50

Fonte: Instituto Escolhas

da mineração no estado. O que o estudo descortina é o efeito negativo da dependência de atividades produtivas que não empregam pessoal qualificado, gerando pouco retorno econômico.

O impacto do fim do desmatamento no salário dos trabalhadores mais qualificados no Pará é de -0,195%, enquanto para os menos qualificados é de -3,14%, no período de 2016 a 2030. Em Mato Grosso, a relação acumulada no mesmo período é de -1,50% para os trabalhadores com as ocupações mais qualificadas e de -5,18% para os trabalhadores com menos qualificação. Se o recorte for o consumo das famílias, a diferença aumenta: enquanto, para os mais qualificados, o impacto é de -0,22% e -0,03% (no Pará e em Mato Grosso, respectivamente) de consumo até 2030; para a base da pirâmide salarial, cujo consumo já é pequeno, essa perda chega a -3,60%, no Pará, e -6,03%, em Mato Grosso.

Dispor de dados como os do estudo do Escolhas pode servir de roteiro para que se prevejam respostas a essas questões na formulação das políticas públicas que levem ao fim do desmatamento. Entre as soluções que poderiam corrigir essa assimetria, estão instrumentos de políticas públicas já existentes, como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), e investimentos para aumentar os percentuais anuais na produtividade da terra nas regiões mais afetadas. Um incremento de produtividade anual da bovinocultura de corte na ordem de 0,79% e de 0,52% no Pará e em Mato Grosso, respectivamente, compensaria as perdas econômicas de zerar o desmatamento nestes estados. Contar com informações como essas pode ajudar a orientar todo um processo de transição econômica, para que os estados que ainda dependem de atividades muito impactantes ao meio ambiente possam se preparar para ancorar o seu desenvolvimento em bases sustentáveis. ■

SHUTTERSTOCK





TADEU FESSEL

CENÁRIOS DE DESAFIOS NO SETOR SUCROENERGÉTICO

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
ETANOL • AÇÚCAR • ENERGIA SÃO PAULO • BRASIL

O ambiente de negócios da indústria de cana-de-açúcar, normalmente, é marcado por intensa dinâmica e avanços nas áreas tecnológicas e empresariais. O horizonte de desafios prossegue para os próximos anos. Neste Caderno, os corpos técnico e executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) apresentam uma visão muito clara das expectativas existentes no presente momento.

RENOVABIO: COMEÇA A CONTAGEM REGRESSIVA





ELIZABETH FARINA
DIRETORA PRESIDENTE DA UNICA

MARIANA ZECHIN
ESPECIALISTA EM ECONOMIA E ANÁLISE DE MERCADO DA UNICA

A Política Nacional de Biocombustíveis, denominada RenovaBio, foi aprovada ao final de 2017, depois de um ano de discussões com o Governo envolvendo todos os agentes da cadeia de combustíveis do Brasil. Desde a sua aprovação, foi feita mais de uma dezena de reuniões entre atores do Governo, dos órgãos reguladores e do setor privado. Mais recentemente, a sua regulamentação foi objeto de Decreto e Portaria, que estabeleceram a governança desse programa, além de ter havido a criação do Comitê RenovaBio – fórum multiministerial para dar amparo técnico ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) na definição das metas de redução de emissões.

O principal foco do RenovaBio é a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEEs) no setor de transportes brasileiro por meio da substituição de combustíveis fósseis por renováveis. Abre-se uma importante janela de oportunidade para a retomada dos investimentos na expansão da capacidade produtiva dos biocombustíveis, como o etanol, o biodiesel e o biogás. Remete-se, portanto, à substituição de um círculo vicioso de baixo investimento, baixa produtividade e baixa competitividade por outro, um círculo virtuoso, com investimentos na lavoura, novas tecnologias, construção de novas unidades e ampliação daquelas já existentes.

O RenovaBio é um programa extremamente engenhoso para corrigir uma importante falha de mercado que caracteriza o mundo das energias renováveis: a presença de externalidades positivas e negativas que resultam em um nível subótimo de produção e consumo dos biocombustíveis e um superinvestimento em fontes fósseis, altamente poluentes. Em essência, o que o programa propõe é reconhecer os atributos inerentes a cada combustível, imputando um valor econômico a eles. O que era externalidade positiva passa a ser um retorno econômico ao produtor de biocombustíveis. O que era externalidade negativa, por outro lado, se torna um custo privado adicional aos fósseis. Cabe ao consumidor fazer a sua escolha com base nos preços relativos, agora corrigidos, de cada combustível.

O centro nevrálgico do modelo é a criação dos Créditos de Descarbonização (CBios), a serem adquiridos pelas distribuidoras para cumprimento de suas metas individuais de redução de emissões. Quanto maior a quantidade de energias fósseis no portfólio das distribuidoras de combustíveis, maior quantidade de CBios deverá ser adquirida. Cria-se, de um lado, uma demanda por estes créditos e, de outro, a sua oferta ao atribuir o direito de sua emissão aos produtores de biocombustíveis. Estes passarão, então, a ter uma fonte adicional de receita. Vale destacar que não há restrições para que terceiros comprem esses créditos, gerando liquidez e, por conseguinte, ampliando os impactos do RenovaBio.

A beleza do modelo é que ele valoriza ganhos de eficiência do lado do produtor, induzindo investimentos em novas práticas e o uso de variedades ou infraestruturas redutoras de emissões. Ganhos de produtividade poderão ser transferidos ao consumidor final por meio da concorrência nos mercados de combustíveis e de CBios.

Neste momento, a regulamentação do RenovaBio está em curso, e as metas agregadas de descarbonização serão conhecidas em junho. Trata-se de um período fundamental para construir e solidificar a confiança no programa, e a expectativa é de que, até o início de 2020, o RenovaBio já esteja em vigor, com metas de redução de emissões até 2030. Começa aí uma nova fase para o etanol e os biocombustíveis. As futuras gerações, desde já, agradecem.

DESAFIOS DA RENTABILIDADE

ANTONIO DE PADUA RODRIGUES
DIRETOR TÉCNICO DA UNICA

JOSÉ GUILHERME DE OLIVEIRA BELON
ANALISTA DE ECONOMIA E MERCADO DA UNICA





Na última década, o setor sucroenergético passou por uma das mais graves crises da história. Além do desaquecimento da economia global, o setor foi penalizado por políticas públicas altamente distorcidas no mercado doméstico, assim como por fatores endógenos ao sistema produtivo.

No mercado internacional, a eclosão da crise financeira mundial restringiu o acesso e encareceu o crédito a partir de 2008, num momento em que as empresas se encontravam em franca expansão. Além desse panorama externo desfavorável, o momento foi marcado pela perda de atratividade do etanol no mercado interno devido à política discricionária de precificação da gasolina e à desoneração tarifária deste derivado visando ao controle inflacionário. Esse quadro levou a perdas de eficiência e ao aumento nos custos de produção da indústria canavieira, estabelecendo uma situação insustentável para muitas empresas do setor.

Nos dois últimos anos, essa situação se alterou um pouco com a melhoria dos preços do açúcar no mercado internacional, o aumento do diferencial tributário do renovável sobre o derivado fóssil no mercado interno e a nova política de precificação da gasolina, que passou a refletir os preços internacionais do produto no mercado doméstico, fortalecendo a correlação entre o preço externo do petróleo e a receita potencial do produtor do biocombustível. Para 2018, no entanto, a preocupação com a situação financeira das empresas remete à

significativa queda nas cotações internacionais do açúcar, exigindo ainda mais atenção dos gestores.

Nesse histórico de crise recente, é possível constatar elevada heterogeneidade entre as empresas. Balanços publicados da safra 2016/17 indicam, por exemplo, que cerca de 10% das unidades apresentavam dívida líquida de R$ 150 por tonelada de cana-de-açúcar, nível considerado alarmante para essa indústria. Por outro lado, essas mesmas informações mostravam a existência de agentes econômicos capitalizados, eficientes e rentáveis, com nível de endividamento baixo e condição de realizar novos aportes para a expansão da produção.

Essa situação díspar também é observada quando a análise desagregada é aplicada à área agrícola. Na safra 2017/18, por exemplo, as dez melhores usinas do Centro-Sul obtiveram um rendimento médio da lavoura de 97 toneladas de cana-de-açúcar por hectare colhido. Enquanto isso, as dez piores atingiram média, na safra em questão, de apenas 50 toneladas por hectare.

Outros fatores de extrema relevância na cadeia de suprimentos, como a gestão eficiente da logística de transporte da matéria-prima, a otimização dos níveis de estoques para manter a lucratividade na comercialização, a manutenção de estrutura de capital adequada para que haja investimento mínimo na continuidade da operação, entre outros, são elementos fundamentais para a sustentabilidade de qualquer empresa de açúcar e etanol no longo prazo.

Diante desse cenário heterogêneo, o maior desafio para o setor é conseguir ampliar o número de empresas operando em um patamar de gestão financeiro-operacional eficiente, conferindo maiores estabilidade e robustez à indústria mesmo diante das incertezas associadas às intempéries climáticas e à volatilidade dos mercados.

É imprescindível, portanto, que os produtores mantenham esforços para a ampliação da produtividade, a incorporação de tecnologia e o aperfeiçoamento da gestão e do planejamento. Independentemente dos rumos da política pública e das condições de mercado nos próximos anos, somente com a retomada de ganhos de eficiência e de produtividade será possível garantir um futuro sustentável para a indústria sucroenergética.

AÇÚCAR E O PROTECIONISMO GLOBAL





EDUARDO LEÃO DE SOUSA
DIRETOR EXECUTIVO DA UNICA

GÉRALDINE KUTAS
ASSESSORA SÊNIOR PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA UNICA

LETÍCIA PHILLIPS
REPRESENTANTE DA UNICA PARA A AMÉRICA DO NORTE

O açúcar é uma das *commodities* mais protegidas do mundo. Altas tarifas de importação, quotas tarifárias, medidas de apoio doméstico e subsídios a exportação fazem parte do arsenal utilizado por inúmeros países para isolar suas indústrias de açúcar da competição global, garantindo artificial competitividade a seus produtores. Destacam-se, a seguir, três grandes regiões consumidoras e produtoras.

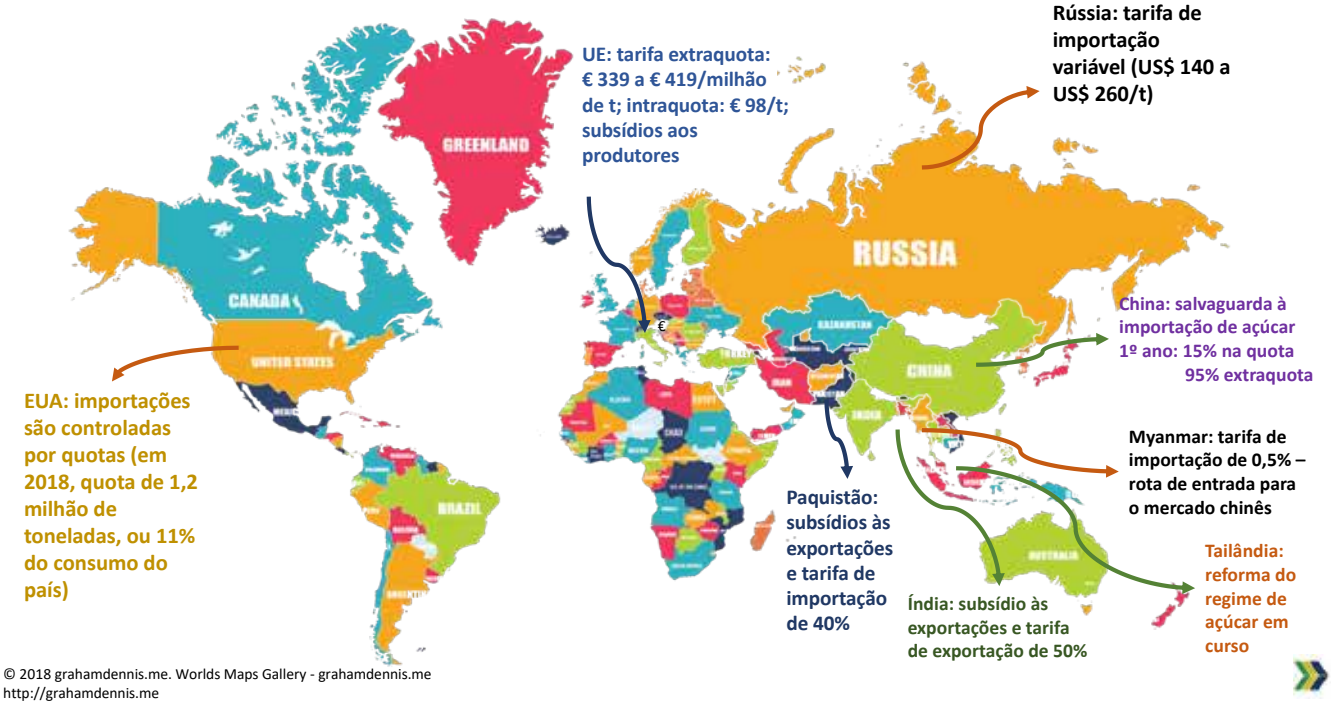
EUA: o programa de açúcar dos Estados Unidos está em vigor desde os anos 80 do século passado e permite que o preço médio de açúcar refinado americano seja o dobro do preço mundial. Por meio de uma série de engenhosos mecanismos, o Congresso americano, via Farm Bill, protege os produtores e blinda o mercado da competição internacional. Além do suporte de preços domésticos, por meio da fixação de preço mínimo para o açúcar, há quotas de importação a cerca de quarenta países produtores, limitada a um volume de menos de 15% do mercado americano. A grande distorção deste último mecanismo é que a distribuição destas quotas é baseada em volumes de comércio

de quase quatro décadas atrás. Só para se ter uma ideia, o Brasil tem uma quota menor do que a quota da República Dominicana, o que é inaceitável, considerando que o nosso País exporta quase 50% de todo o açúcar comercializado no mundo. Os Estados Unidos preferem proteger uma indústria obsoleta às custas de seus contribuintes a abrir o seu mercado para a competição internacional.

União Europeia (UE): apesar de ter realizado, nos últimos anos, várias reformas no seu regime açucareiro, a UE continua protegendo a sua indústria da concorrência exterior por meio de tarifas de importação proibitivas. De fato, o direito aduaneiro aplicado às importações de açúcar bruto é de 339 €/tonelada, valor maior do que o próprio produto neste momento. O Brasil enxerga nas negociações comerciais entre Mercado Comum do Sul (MERSOUL) e UE, atualmente em curso, inequívoca oportunidade para ampliar o seu acesso ao mercado europeu, hoje limitado a uma quota tarifária atribuída ao País de 412.000 toneladas, com uma tarifa intraquota de 98 €/tonelada. Recentemente, no âmbito dessa negociação, o bloco europeu fez uma oferta de acesso a 100.000 toneladas de açúcar, porém com essa mesma tarifa, o que foi considerado pelo setor e pelo governo brasileiro como uma "não oferta". A expectativa do setor privado é de que o governo brasileiro endureça e não aceite qualquer oferta de acesso que contenha tarifa intraquota que limite ou impeça as nossas exportações.

Ásia: nesta região em que mais se expande o consumo de açúcar no mundo, diversos países produtores têm utilizado os mais distintos mecanismos de apoio. Exemplos são a recente imposição de salvaguarda na China, o apoio doméstico e os subsídios às exportações frequentes na Índia e no Paquistão e os subsídios e o sistema de quotas na Tailândia. Esta última, após ser questionada pelo governo brasileiro, por meio de pedido de abertura de painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) em março de 2016, optou por rever o seu regime, com a promulgação de nova legislação em janeiro deste ano. A UNICA tem estimulado o Governo a seguir o mesmo caminho em relação a outros países. Trata-se de sinalização da mais alta importância para evitar a continuidade das atuais – e da criação de novas – distorções nesse comércio.

Barreiras às importações de açúcar



© 2018 grahamdennis.me. Worlds Maps Gallery - grahamdennis.me
http://grahamdennis.me

NOVO CÓDIGO FLORESTAL: O DIA SEGUINTE DA DECISÃO DO STF



RENATA CAMARGO
ASSESSORA JURÍDICA E DE SUSTENTABILIDADE DA UNICA

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, em 28 de fevereiro, o julgamento das ações que discutiam a constitucionalidade de diversos dispositivos da Lei nº 12.651/12, concluindo pela aplicação harmoniosa do novo Código Florestal e respeitando o longo processo legislativo que antecedeu a sua publicação e que contou com mais de cem audiências públicas realizadas desde 2009.

De maneira resumida, foram declarados constitucionais o cômputo da Área de Preservação Permanente (APP) na Reserva Legal (RL) e a garantia da aplicação da lei no tempo, pela qual proprietários que realizaram conversões de vegetação nativa em acordo com a legislação vigente à época da supressão ficam dispensados de promover recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais de RL exigidos atualmente.

Apesar do conforto inicial que uma decisão do Supremo pode trazer, o seu posicionamento não afastou o risco de judicialização de alguns itens relacionados à implementação do novo Código Florestal, especialmente no que se refere ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Sobre o PRA, o entendimento da Corte foi de que o Programa tem a finalidade de estimular a recuperação de áreas degradadas, devendo, no entanto, ser afastada a possibilidade de prescrição ou decadência, no decurso do termo de compromisso assumido pelo proprietário, da punibilidade das infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008. Assim, caso o proprietário aderente ao PRA não atenda as obrigações por ele assumidas no âmbito do seu termo de compromisso, as infrações voltarão a ser exigidas. No entanto, caso o termo seja cumprido adequadamente, ficará garantida a conversão destas infrações em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Apesar de o STF ter garantido a constitucionalidade do PRA, ainda existem riscos de que a regularização ambiental seja objeto de uma morosa judicialização, seja pela ausência de referencial conceitual – como é o caso do conceito de identidade ecológica introduzido pelos ministros do STF para as compensações de RL realizadas por meio de Cota de Reserva Ambiental (CRA) –, seja pela dificuldade de definição dos marcos legislativos para referência da consolidação em áreas de RL e APP.



TADEU FESSEL

A indefinição dos tribunais estaduais, a exemplo do que ocorre em São Paulo, tem impedido a realização de investimentos em recuperação ambiental pelos setores produtivos.

Mesmo com toda a insegurança jurídica que permeia a questão da regularização ambiental das propriedades rurais, o setor sucroenergético continua destacando-se pelas iniciativas voltadas à recuperação de APPs. Em 2017, celebrando os dez anos do Protocolo Etanol Verde, o setor atingiu a impressionante marca de 35 milhões de mudas plantadas em APPs e mais de 250 mil hectares de matas ciliares recuperadas. Com o novo Protocolo Etanol Mais Verde, assinado em 2017, estima-se que, até 2022, todas as áreas de matas ciliares e demais APPs hídricas do setor estarão em estágio avançado de recuperação.

Apesar de toda a proatividade do setor sucroenergético, é possível afirmar que o atual cenário de insegurança jurídica representa uma grande barreira para novos investimentos em programas de recuperação ambiental, podendo, inclusive, colocar em risco o compromisso brasileiro, assumido no âmbito do Acordo de Paris, para a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação até 2030.

VEÍCULOS *FLEX*: QUINZE ANOS DE SUCESSO E MUITO MAIS



ALFRED SZWARC
CONSULTOR DE EMISSÕES E TECNOLOGIA DA UNICA

Em 2003, foi lançado o primeiro veículo nacional equipado com a tecnologia *flex*. Logo, outras montadoras apressaram-se em trazer para o mercado versões semelhantes, que rapidamente conquistaram a confiança e o gosto do consumidor. Passados quinze anos, dezenove fabricantes oferecem veículos *flex*, sendo que alguns têm 100% de seus produtos nesta versão. Se desconsiderarmos a participação dos veículos a diesel no segmento de leves, a participação dos *flex* nas vendas ultrapassa 96%. Ao todo, foram vendidos, no País, mais de 27 milhões de unidades, que representam cerca de 75% da frota de veículos leves em circulação.

Quando consideramos os mais de 20 milhões de veículos *flex* que circulam em outros países, principalmente nos EUA, temos o único caso na história automobilística mundial de viabilidade de uso em grande escala de um combustível renovável e de baixo impacto ambiental – o etanol – em substituição aos derivados de petróleo.

Na esteira do sucesso dos veículos *flex*, o setor de duas rodas também adotou esta tecnologia a partir de 2009, quando foi lançada a primeira moto *flex* do mundo. Atualmente, circulam no País aproximadamente 4,5 milhões de motos *flex*, o que representa perto de 30% da frota de duas rodas. A tecnologia *flex* evoluiu ao longo dos anos, mas não o suficiente para extrair do etanol todo o seu potencial energético. Especialistas acreditam que, com mais investimentos em inovação tecnológica, seria possível aumentar a paridade de consumo do etanol com a gasolina, hoje em 70% na média, para mais de 75%; isso sem prejuízo da melhoria na eficiência da gasolina.

O Rota 2030, programa que está sendo elaborado pelo governo federal e que tem como um dos seus principais pilares o aumento da eficiência energética dos veículos, poderá induzir sensivelmente o aumento dessa paridade por meio de uma combinação de metas e incentivos. Quanto melhor o resultado, maior será o benefício fiscal obtido. Uma nova opção, que poderá oferecer ainda mais economia no consumo de etanol, é a propulsão híbrida *flex*, recentemente demonstrada em um protótipo pela Toyota e que poderá chegar ao mercado em breve.

Além de elevada eficiência energética, o Rota 2030 possibilitará reduzir a emissão de poluentes e de gás carbônico (CO_2 no ciclo de vida do combustível) a níveis próximos de zero. Para que as iniciativas de evolução da tecnologia possam avançar, é imperativo o estabelecimento de políticas públicas que motivem a indústria automobilística a oferecer ao consumidor soluções custo-efetivas que tornem o etanol cada vez mais competitivo. Essa é uma oportunidade "ganha-ganha" que o País não pode perder.

BIOELETRICIDADE E A ABERTURA DO MERCADO LIVRE DE ENERGIA ELÉTRICA



ZILMAR JOSÉ DE SOUZA
GERENTE DE BIOELETRICIDADE DA UNICA

Uma das promessas para estimular a bioeletricidade na matriz elétrica brasileira tem sido a proposta de aprimoramento do marco legal do setor elétrico, lançada na Consulta Pública nº 33 pelo Ministério de Minas e Energia (MME) em julho de 2017. A Consulta recebeu mais de duzentas contribuições da sociedade civil, sendo a sua consolidação e os seus resultados tornados públicos em fevereiro de 2018, na forma de uma minuta do Projeto de Lei (PL) de Modernização e Abertura do Mercado Livre de Energia Elétrica.

Segundo o MME, as contribuições recebidas convergiram sobre a necessidade de ampliação do mercado livre, com respeito aos contratos vigentes, promovendo maior liberdade ao consumidor na escolha do seu supridor de energia elétrica.

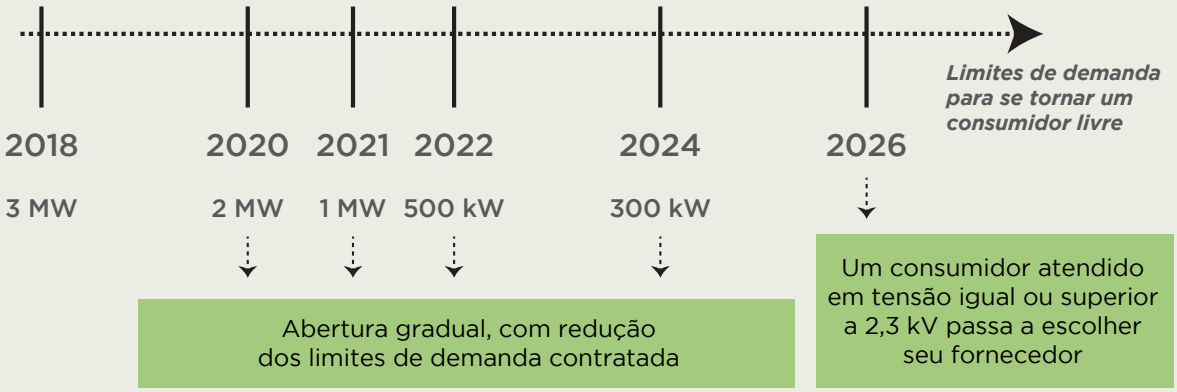
Atualmente, os consumidores que podem escolher seu fornecedor de energia elétrica são os livres e os especiais. Basicamente, enquanto o consumidor livre é aquele cuja demanda contratada é igual ou maior do que 3 MW, o consumidor especial é aquele cuja demanda contratada é maior ou igual a 0,5 MW e menor do que 3 MW, adquirindo energia de fonte incentivada, como bioeletricidade, eólica, solar e de pequenas hidrelétricas. Aqueles que não podem escolher seu supridor são chamados de consumidores cativos, adquirindo energia elétrica de sua distribuidora local, via Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Em 2017, 71% do consumo de energia elétrica no País ocorreram no ACR. O Ambiente de Contratação Livre (ACL) participou com 29% do mercado, mas teria potencial para atingir 46% do consumo nacional de energia elétrica.

A proposta de Projeto de Lei define uma trajetória de abertura do ambiente livre de energia para todos os consumidores do grupo A, que inclui a alta e a média tensões de fornecimento, desde grandes indústrias a comércios de porte médio, conforme a figura abaixo.

A bioeletricidade não é uma fonte intermitente, no estrito senso de conceito de recurso energético. Certamente, maiores previsibilidade e confiabilidade no suprimento ajudarão na competitividade da bioeletricidade numa eventual abertura do mercado elétrico brasileiro. É aguardar se o tema prosperará ainda em 2018. ■

PROPOSTA DO PROJETO DE LEI PARA REDUÇÃO DOS LIMITES DE DEMANDA CONTRATADA PARA ACESSO AO MERCADO LIVRE DE ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: SOUZA, Z. J. (2018)



INOR ASSMANN/EDITORA GAZETA

Mercado internacional

Exportação de milho e soja

ANEC
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS

AS COLHEITAS exuberantes obtidas pelo Brasil nos últimos anos colocam o País em condições de disputar, palmo a palmo, grão a grão, com os Estados Unidos a posição de principal fornecedor mundial de soja no mercado internacional.

A mudança de patamar nos índices brasileiros de produtividade na sojicultora faz parte de uma realidade sem volta. Para a safra 2017/18 (de julho de 2017 a junho de 2018), devemos novamente vivenciar alta média de produtividade nacional, acima de 56 sacos por hectare. Este nível corresponde a um novo recorde para esse indicador. Em determinadas regiões, teremos propriedades com produtividade acima de 100 sacos por hectare.

Diversos fatores contribuem para esse resultado. Temos o desenvolvimento de novas variedades de sementes, com tetos maiores de produtividade e mais adaptadas às condições edafoclimáticas de

BRASIL: PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MILHO E SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS)

SAFRA		2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Milho	Produção	86,4	87,8	97,3	66,6	97,8
	Exportação	26,2	20,1	30,2	17,4	18,9
Soja	Produção	82,2	87,4	98,1	95,4	114,1
	Exportação	42,8	45,7	54,3	51,5	68,1
Total	Produção	168,6	175,2	195,4	162,0	211,9
	Exportação	69,0	65,8	84,5	68,9	87,0

Fonte: Conab; MAPA

cada região, além dos investimentos realizados pelo setor produtivo em preparação e manejo do solo e melhores práticas agrícolas. Tudo isso ajuda a extrair o maior potencial das sementes utilizadas no plantio.

MELHORA O CENÁRIO 2017/18

Todas essas condições favoráveis devem possibilitar ao País alcançar a marca inusitada de 118 milhões de toneladas de soja colhidos na safra 2017/18, segundo estimativas de algumas consultorias especializadas. A evolução da colheita deverá estar praticamente finalizada até meados deste mês.

ARGENTINA: PRODUÇÃO DE SOJA

SAFRA	Milhões de toneladas
2011/12	40,1
2012/13	49,3
2013/14	55,8
2014/15	59,5
2015/16	56,5
2016/17	57,0
2017/18*	37,0

* Fonte: Bolsa de Comércio de Rosário
Fonte: USDA

Somadas à excelente produção nacional, as condições mercadológicas colocam a soja brasileira no centro do mercado internacional da *commodity*. Houve perdas significativas na produção da cultura na Argentina, decorrentes de problemas climáticos com longa estiagem, principalmente a partir de fevereiro. Na região conhecida como "pampa úmido", uma das mais férteis no país, a drástica seca foi a pior dos últimos 44 anos. Nesse contexto, os preços internacionais da oleaginosa ganharam força.

No início da safra 2017/18, quando as primeiras sementes de variedades precoces de soja foram lançadas no campo, as perspectivas de boas rendas, como a auferida na temporada passada, eram vistas como remotas no Brasil. As especulações iam mais na direção de dificuldades para os produtores fecharem as suas contas. Os Estados Unidos desovavam uma colheita recorde no mercado internacional no segundo semestre de 2017, e a previsão era de chegar uma outra grande produção à América do



Sul. A quebra da safra argentina reverte esse quadro de excedente e, de certa forma, dá mais velocidade à comercialização da produção nacional.

ESCOAMENTO DE SOJA E MILHO

De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em 2017, quando em comparação a 2016, houve um grande aumento de transporte de soja e milho pelos portos do Arco Norte do Brasil. Esta é a nova via de escoamento de grãos do País. Nesse período, a quantidade transportada pelos dois produtos cresceu 73,90% nos portos do Norte e 34,4% nos demais portos. No total, os embarques pelos portos tiveram um crescimento total de 47,7%.

O Arco Norte é conformado por seis portos no Rio Amazonas e em afluentes exportadores de grãos através do Oceano Atlântico, sendo os principais: o de Porto Velho (Rondônia), o de Itacoatiara (Amazonas), o de Miritituba (Pará), o de Santarém (Pará), o de Vila do Conde (Pará), o de Macapá (Amapá) e o do Itaqui (Maranhão). A maioria das operações destes portos está sendo expandida em função do aumento do volume de grãos sendo transportado de regiões centrais do País – como o norte de Mato Grosso e os estados de Goiás e do Tocantins – e, também, do Nordeste.

Um estudo desenvolvido pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), mostra que as obras do Arco Norte devem ampliar o escoamento da produção de grãos no Arco Norte e no Brasil como um todo. A pavimentação da rodovia BR-163 e a construção da ferrovia Ferrogrão, que conectam Mato Grosso com o Amazonas, são consideradas como fundamentais para garantir a competitividade e a expansão da produção no Brasil nos próximos dez anos.

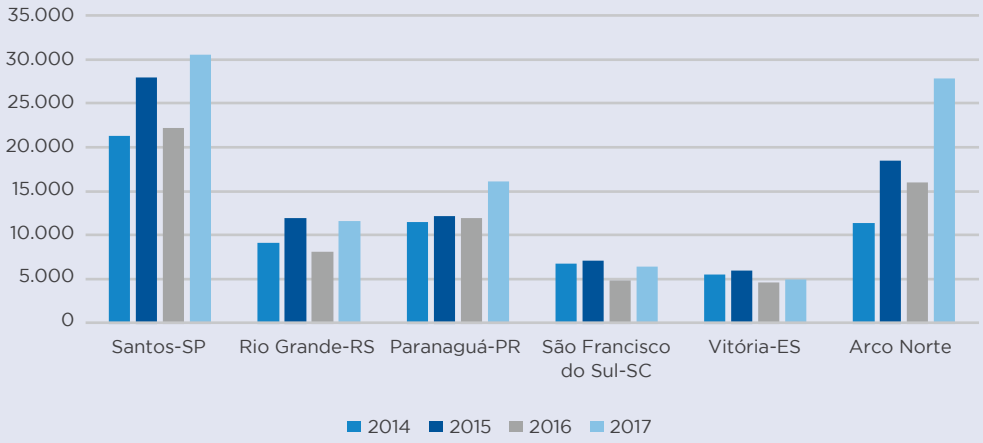
IMPACTO DA GUERRA COMERCIAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA

Na temporada 2018/19, a China deverá importar 100 milhões de toneladas de soja em grão. Isso deverá estabelecer um novo recorde. No ciclo



INOR ASSMANN/EDITORA GAZETA

ESCOAMENTO DE SOJA E MILHO ENTRE PORTOS TRADICIONAIS E PORTOS DO ARCO NORTE



Fonte: ANTAQ

2017/18, foram 97 milhões, sendo 52 milhões do Brasil, 30 milhões dos Estados Unidos e o restante dos demais países. As estimativas foram feitas pelo adido do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) com sede em Pequim. Em 2016/17, as compras do país asiático totalizaram 93,5 milhões de toneladas. Em resposta às tarifas aplicadas contra os seus produtos, os chineses impuseram uma taxa de 25% na soja embarcada pelos americanos.



INOR ASSMANN/EDITORA GAZETA

A disputa comercial entre estes dois países afeta os preços internacionais da soja. A perspectiva de menores exportações do produto americano para o mercado chinês pressiona para baixo as cotações. Isso deu mais competitividade ao produto brasileiro, que poderá potencialmente cobrir boa parte do volume ocupado antes pelos Estados Unidos. O resultado foi um aumento dos prêmios pagos no Brasil.

E isso vem refletindo-se, também, nos preços da soja no mercado brasileiro, com elevação dos prêmios pagos no Brasil em virtude de uma maior demanda chinesa pela nossa produção. Às exportações nacionais cabe superar as enormes dificuldades logísticas, no transporte interno, na capacidade de armazenamento e no embarque nos portos.

As estimativas iniciais apontavam para este ano uma exportação próxima de 70 milhões de toneladas de soja. Quando se leva em conta o clima hostil das negociações entre os Estados Unidos e a China, os números poderão ter um incremento superior a 5%. Ainda parece haver muita indefinição sobre os desdobramentos desta disputa. ■

O FUNRURAL E O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA RURAL (PRR)

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



EM 3 de abril último, o Congresso Nacional decidiu pela derrubada dos vetos do presidente Michel Temer ao projeto que prevê o parcelamento das dívidas previdenciárias de produtores rurais com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). O texto final com a derrubada promovida pelo Congresso Nacional foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 18 de abril.

A derrubada dos vetos representa um aceno à importância do agronegócio, o que foi evidenciado, inclusive, pela votação expressiva tanto na Câmara dos Deputados (360 votos favoráveis, do total de 362), como no Senado (50 votos favoráveis, do total de 51). Resultado esse que foi alcançado com a colaboração da FAESP, especialmente na mobilização e na sensibilização dos parlamentares intensificadas nos últimos dias.

Contudo, o quadro atual ainda está muito distante do reconhecimento que o setor agropecuário merece. Nos últimos anos, o setor tem vivenciado dias de indefinição e insegurança jurídica, reflexo da superação da reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do FUNRURAL, o que alterou a percepção existente que vigorou por sete anos, além do agravamento da situação pelas constantes modificações legislativas.

O cenário é caótico. Prazos e obrigações são cronologicamente incongruentes em relação às decisões judiciais e à oscilação da legislação. O segmento agropecuário precisa acompanhar diuturnamente o tema, afinal, hoje, indiscutivelmente o homem do campo é o herói mais injustiçado do País, sendo aquele que precisa se preocupar com a linha tênue entre o lucro mínimo possível e a falência do seu negócio, em razão da grande burocracia e da injustificável tributação excessiva.

Outra importante decisão aguardada pelo setor é o julgamento dos embargos de declaração relativos ao Recurso Extraordinário (RE) nº 718.874/RS, em que, no mínimo, se busca a modulação dos efeitos temporais da decisão que declarou a constitucionalidade do FUNRURAL, para que a obrigação passe a ser exigida somente após o trânsito em julgado da decisão, eliminando, assim, a constituição do gigantesco e injusto passivo no período de indefinição sobre o tema e que poderá levar à falência milhares de produtores rurais pelo País.

Assim, novamente, confiamos na supremacia da Constituição da República Federativa do Brasil e no alcance da sua finalidade em garantir segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça aos valorosos produtores rurais do nosso País.

A FAESP permanecerá atuando junto às demais entidades do setor agropecuário, acompanhando o assunto de forma permanente, reforçando a sua atuação em prol da equidade e da segurança jurídica ao setor agropecuário e contribuindo para a almejada paz no campo. ■

ANÁLISE DE RISCO ASSOCIADO AO USO DE DEFENSIVOS

CAIO ANTONIO CARBONARI
Professor adjunto na Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCA/Unesp), *campus* Botucatu

EDIVALDO DOMINGUES VELINI
Professor titular na FCA/Unesp, *campus* Botucatu

NÃO SE pode confundir uso e consumo. O agricultor usa defensivos agrícolas, e, se houver resíduos destes nos alimentos, os seus consumidores poderão ingeri-los. Como a quantidade usada pelo agricultor não é a mesma ingerida pelos consumidores, o seu uso não é sinônimo de consumo.

Na comparação do uso de defensivos nos cultivos, nos sistemas de produção e nas regiões, temos indicadores de risco associado à quantidade de ingrediente ativo e de produto comercial.

Para cada um desses, cabe normalizar os dados por área da aplicação, do cultivo e da quantidade produzida. Um sistema regulatório, normalmente, diminui os indicadores por área aplicada. Já os sistemas de produção sustentáveis reduzem os indicadores de risco por área de cultivo e quantidade produzida.

Até esse ponto, tratamos do uso dos defensivos, e não do seu risco, que está associado à quantidade utilizada. O perigo e a exposição relativos a eles dependem da dose e do número de aplicações, do intervalo de tempo entre a aplicação e a colheita, da disponibilidade de radicais livres (RL), da dinâmica do defensivo na planta e no ambiente e dos equipamentos de proteção utilizados.

Como indicador de risco de uso de defensivos, o Environmental Impact Quotient (EIQ) é um dos mais precisos, simples e facilmente compreensíveis[1].

Cada ingrediente ativo possui o seu próprio EIQ total. Os seus valores são determinados para 1 quilo do ingrediente ativo. A maneira correta de comparar defensivos é calcular o EIQ por hectare de área aplicada multiplicado por EIQ dose de ingrediente ativo utilizada em cada aplicação. Dois defensivos



SHUTTERSTOCK

CARACTERÍSTICAS DO AGROTÓXICO CONSIDERADAS NO CÁLCULO DO EIQ

- Toxicidade: dermal, crônica, a pássaros, a artrópodes benéficos e a peixes;
- Tempo para degradação: 50% no solo e 50% na superfície das plantas;
- Potencial de movimentação na superfície do solo.

com o mesmo EIQ podem ter riscos distintos conforme as doses expressas em gramas de ingrediente ativo por hectare. Existem aplicativos que já fazem o cálculo automaticamente, como, por exemplo, o EIQ Calculator[2].

O cálculo da evolução do EIQ médio por hectare de área tratada ao longo do tempo permite uma avaliação objetiva da efetividade dos sistemas regulatórios em aumentar a segurança dos defensivos disponíveis para os agricultores.

Os resultados médios do EIQ por hectare da área que recebeu aplicação no Brasil de 2002 a 2015 indicam que o sistema regulatório brasileiro tem sido efetivo em ofertar defensivos seguros para os consumidores, o ambiente e os agricultores.

A racionalização do uso de defensivos pode reduzir os valores de EIQ por área cultivada ou por unidade de produção. Quando temos por objetivo minimizar os riscos associados ao uso de defensivos, a fixação de metas para o EIQ é muito mais adequada para reduzir o valor na compra de defensivos, o número de aplicações e a quantidade de produtos comerciais ou ingredientes ativos utilizados. ■

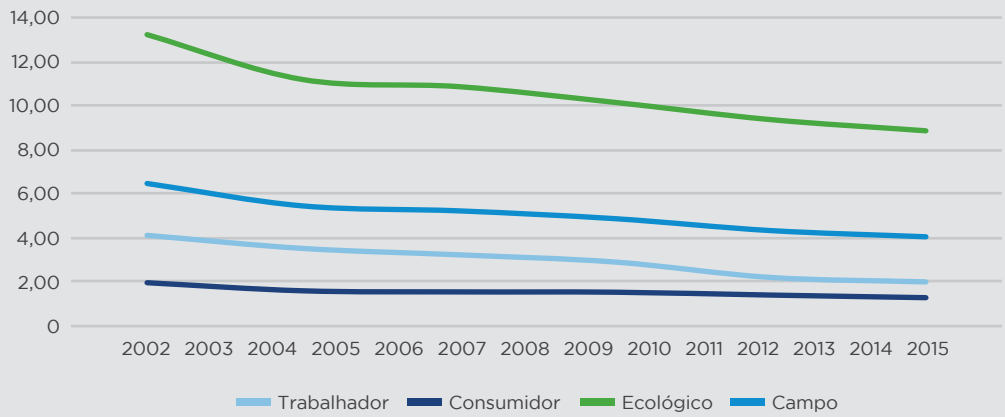
VANTAGENS DO USO DO EIQ COMO INDICADOR DE RISCO ASSOCIADO AO USO DE DEFENSIVOS

- Considera a periculosidade e a dinâmica dos defensivos no ambiente agrícola;
- Avalia os riscos para o ambiente, o trabalhador e o consumidor separadamente;
- Leva em conta a dose de ingrediente ativo por unidade de área.

1 Conforme proposto por Kovach *et al.* (1992)

2 CORNELL (2018); conferir em: https://nysipm.cornell.edu/eiq/calculator-field-use-eiq

BRASIL: EIQ MÉDIO POR HECTARE APLICADO



Fonte: Kleffmann

DIÁRIO DE BORDO

ELEIÇÕES E PLANOS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A ESCOLA de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) vem discutindo, em diversos eventos, os principais temas de interesse da sociedade que deverão ser objeto de questionamento aos candidatos à presidência da República nas eleições de outubro próximo. A ideia é abrir o debate em torno de questões centrais para o desenvolvimento do País sem apresentar uma visão formal da Escola, mas dando oportunidade ao posicionamento das diferentes forças políticas que se enfrentarão no pleito.

É assim que estão sendo trabalhadas, por exemplo, as ideias em torno das reformas essenciais, como a tributária, a previdenciária e a política. Da mesma forma, está sendo tratada a política comercial externa, sob os valores da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas também considerando acordos bilaterais ou multilaterais que estão crescendo à margem desta instituição, além da onda neoprotecionista recentemente protagonizada pelos governos norte-americano e chinês e os seus reflexos globais.



O agronegócio não ficou de fora. Ao contrário, vem trabalhando ativamente para apresentar aos candidatos uma plataforma cuja ênfase é transformar o Brasil no campeão mundial da segurança alimentar. Destaca-se, nesse ponto, um conceito central: as entidades representativas do campo, associadas à Academia e a consultores respeitados, não estão alinhavando um programa de defesa do agronegócio – até porque a experiência em eleições passadas não o recomenda – e muito menos estão propondo um plano de governo para o mandato de quatro anos. Desta vez, está sendo desenhado um plano de Estado, uma estratégia para ações públicas e privadas para, no mínimo, dez anos.

A premissa é envolver todos os setores ativos do País neste plano, a partir do reconhecimento de que o indiscutível sucesso da agropecuária nacional não se dá apenas nas fazendas, não é exclusividade do rural, mas que, ao contrário, a relação com o setor urbano é siamesa, uma vez que as indústrias de insumos e equipamentos, as escolas que formam recursos humanos qualificados, os bancos, as seguradoras e as academias criadoras de inovação são todos urbanos, assim como as indústrias de alimentos e de embalagens, as empreiteiras que constroem a infraestrutura, as *tradings* e os supermercados. Portanto, o sucesso do agro na geração do Produto Interno Bruto (PIB), dos empregos e do saldo comercial e na redução da inflação e das taxas de juros deve ser compartilhado com todos os cidadãos brasileiros. Daí a ideia de que o plano contemple toda a macroeconomia, sob a ótica liberal, e ofereça propostas para políticas industrial, comercial, de logística, de tecnologia, de renda para as cadeias produtivas e de gestão, e tudo isso sob a égide rigorosa da sustentabilidade, entendida como elemento-chave para a nossa competitividade. Serão considerados aspectos como a regionalização – dada a diversidade do território – e a agroenergia, além de ser avaliada a necessidade de uma estratégia integrada de comunicação para dentro e fora do País.

Trata-se de um ineditismo orquestrado pelo agronegócio considerando essa interação entre o urbano e o rural, mas também entre o público e o privado, uma vez que até mesmo as formas de organização em cooperativas, associações e sindicatos estão sendo avaliadas, integrando igualmente atores pequenos, médios e grandes. ■

PRODUZIR

ARMISTÍCIO À BRASILEIRA NA GUERRA FISCAL ENTRE ESTADOS

PEDRO GUILHERME GONÇALVES DE SOUZA

Membro do Comitê Tributário da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e sócio da área tributária do escritório SABZ Advogados

"AOS AMIGOS tudo; aos inimigos, a lei". A frase atribuída a Getúlio Vargas revela, de maneira caricatural, como age o Estado brasileiro para garantir benefícios privados.

Recentemente, entraram em vigor a Lei Complementar nº 160/17 e o Convênio CONFAZ nº 190/17, ambos com o objetivo de equacionar os efeitos de benefícios fiscais de ICMS concedidos por estados e pelo Distrito Federal sem respeitar a lei, que exige aprovação unânime no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). O intuito rendeu a tais normas a alcunha de "armistício fiscal".

Destacam-se três medidas da Lei e do Convênio: a convalidação e a prorrogação, por até quinze anos (caso do agronegócio), de benefícios concedidos ilegalmente; a possibilidade de extensão a todos os contribuintes de benefícios ilegalmente concedidos a alguns; e a criação do Portal Nacional da Transparência Tributária, que divulgue todos os benefícios, para a sua ampla fiscalização.

O objetivo é nobre: pacificar a guerra fiscal de ICMS há décadas travada entre estados para atrair investimentos. Mas, basta contar quantas vezes a ideia de ilegalidade aparece no parágrafo anterior para concluir que as medidas geram grande instabilidade jurídica.

O alinhamento entre estados e contribuintes para a solução mitiga a crítica. É salutar que o contribuinte tenha se tornado o centro da solução, mediante regras que impedem a simples punição dos destinatários dos benefícios. Até então, o Supremo Tribunal Federal (STF) "lavou as mãos" para o contribuinte: declarou inconstitucionais os benefícios ilegais sem definir as consequências para quem os utilizou. Além disso, a equalização às claras dos benefícios de ICMS coloca todos os contribuintes em igualdade competitiva, materializando uma das missões constitucionais da Lei Complementar: prevenir desequilíbrios da concorrência.

Porém, na prática, a solução adotada não resolve esse anseio. O reiterado método dos estados de condicionar benefícios fiscais para o recolhimento de valores a fundos estaduais vem refletindo-se na consolidação dos benefícios – o que é ilegal e questionável.

Que não se confunda essa prática com o cumprimento de condições para a obtenção de benefícios fiscais, como a instalação de indústria em dado local. Essas contrapartidas têm regramento próprio na legislação e devem ser preservadas como critério legítimo para diferenciar contribuintes na concessão de benefícios.

Mas, é no quesito transparência que o armistício mais peca. A cláusula sétima do Convênio limita o acesso ao Portal da Transparência às administrações tributárias. Ou seja, só os fiscos vão enxergar o que, como e para quem benefícios são concedidos, especialmente os criados por ato discricionário do fisco estadual.

Assim, dificilmente as informações produzidas no âmbito do armistício serão manejadas para garantir igualdade concorrencial. As vantagens competitivas dos que, em algum momento, tiveram posição dominante para obter benefícios poderão ser mantidas. Nem mesmo a criticável equiparação de contribuintes na ilegalidade operará pleno efeito.

Para que ao menos a lei do armistício sirva de refúgio aos não amigos do Estado, a transparência do processo de convalidação dos benefícios é essencial. ■



OPINIÃO

IRRIGAR É PRODUZIR MAIS

ARNALDO JARDIM
Deputado federal (PPS/SP) e ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

UMA POLÍTICA Nacional de Irrigação (PNI) efetiva é de fundamental importância e urgente. Poderá ser o nosso grande passo para o aumento da produção e da renda do agricultor. Além do potencial de aumentar a rentabilidade das terras, gerando, assim, aumento da produtividade, traz um forte componente socioambiental. É a possibilidade de muitas regiões do País saírem de uma situação de pobreza e se tornarem importantes produtoras de alimentos. Ademais, o uso da irrigação traz mais previsibilidade à produção.

É necessário que os governos federal e estaduais olhem para a questão com urgência, principalmente se considerarmos as mudanças climáticas, que agudizam as instabilidades meteorológicas e tornam muito mais importante a questão. A mudança de regime de chuvas é uma realidade. Nas regiões Média e Alta Paulista, se produz café com irrigação. Cerca de 25 anos atrás, ninguém pensava nisso, pois havia chuvas suficientes. O famoso reservatório da Cantareira verteu em 2010. Em 2014, foi necessário usar a sua reserva técnica, e, agora, ele voltou a encher. A agricultura dependerá dos humores do tempo? Hoje em dia, em menos de 5% da área cultivada no Brasil se utiliza irrigação correta.



Todas as regiões do mundo nas quais foram implantados projetos consistentes de irrigação tiveram saltos de produção, de produtividade e social. No Brasil, não conseguimos avançar. A Lei nº 12.787/13, que deveria regular a PNI, é letra morta.

É necessário planejamento, plano diretor, definir onde reservar água. Mas, é indispensável a implantação da PNI, de longo prazo – vinte anos, com planejados módulos de cinco anos, por exemplo –, que será benéfica para a agricultura e, também, para as indústrias de máquinas e equipamentos. Mais do que fornecer recursos e incentivos, é necessário treinar os técnicos extensionistas e repassar tecnologia aos produtores.

Irrigação não é simplesmente colocar água na planta, e sim a quantidade correta, em seus diferentes ciclos, respeitando-se as características de cada cultura, para que se obtenha o máximo de produção.

Em São Paulo, instalamos a Comissão Técnica e a Câmara Setorial de Agricultura Irrigada e realizamos um seminário sobre o assunto em janeiro de 2018. Os projetos de irrigação financiados pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) – incentivados, enquanto eu era secretário de Agricultura de Abastecimento, pelo governador Alckmin e que, certamente, continuarão a sê-lo pelo governador Márcio França e meu sucessor, Francisco Jardim – exigem que o aproveitamento da água seja, no mínimo, de 85%.

O incentivo da irrigação pode potencializar a produção de alimentos como milho, soja e trigo e culturas perenes como café, contribuindo para que o Brasil consiga suprir grande parte do aumento de 60% na necessidade de alimentos que o mundo terá até 2050, segundo a Organização da Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Há regiões em que será possível aumentar o número de safras por ano para duas ou três.

Se a mesma área produz até 2,7 vezes mais, segundo um estudo da FAO, os recursos e os equipamentos utilizados serão melhor aproveitados com o custo relativo caindo. A irrigação é o jeito mais rápido, fácil e tecnicamente ancorado para aumentar a produção, reduzir o custo e aumentar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no campo. ■

OPINIÃO

UMA PERSPECTIVA PARA SÃO PAULO!

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

QUANDO ASSUMI a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a convite do governador Márcio França, deparei-me com uma estrutura motivada e disposta a fazer evoluir a agropecuária paulista. O trabalho do meu antecessor, o deputado federal Arnaldo Jardim – considerado um dos melhores secretários da pasta na história e que teve o apoio e o incentivo integrais do governador Geraldo Alckmin –, foi primoroso e transformou a Secretaria e, por que não dizer, o setor no estado.

O trabalho sustentado nos pilares agricultura sustentável, "o pequeno é grande" (ênfase no pequeno produtor), pesquisa próxima da produção e alimentação saudável e no Programa de Modernização e Desburocratização da Agricultura (Agrofácil SP) será continuado, pois engloba o que há de mais moderno para o setor. Não há por que inventar a roda!

Em minha visão, nos últimos três anos, foram implementadas políticas públicas corretas para um setor vibrante, que incorporou o conceito de sustentabilidade, tem relações de trabalho modernas e é inovador e preocupado com a evolução tecnológica. Há, ainda, a crescente exigência da sociedade em relação ao bem-estar animal – e eu, como médico-veterinário, também tenho essa preocupação – e a preocupação permanente com a saudabilidade dos alimentos.

Mas, é fundamental, com o apoio do deputado Arnaldo Jardim, na Câmara dos Deputados, continuar olhando para uma conjuntura macroeconômica que alavanque mais o setor, com atenção ao seguro agrícola e à necessidade de um Plano Safra plurianual, tão necessário para a previsibilidade de produção dos proprietários rurais.

O setor agro tem sido fundamental para a economia brasileira, reduzindo os danos da recessão. Mas, gerar melhores condições para os produtores é um relevante caminho para manter esse protagonismo e alavancar a retomada do crescimento econômico e a ampliação do papel do Brasil como grande fornecedor mundial de alimentos, sendo um dos países mais sustentáveis deste setor no mundo.

Na Secretaria, programas como o Microbacias II – que é emancipador e incentiva o cooperativismo e o associativismo – têm esse viés de gerar produção e aumento de renda. Continuamos apoiando melhorias na assistência técnica e na extensão rural, o aprimoramento das regras de defesa agropecuária e a colocação em pleno vigor da regulação das agroindústrias de pequeno porte, preservando a sanidade das plantas e das criações e garantindo a saudabilidade dos alimentos. A ideia é que o poder público "audite processos", com avanço da delegação de responsabilidade e do processo de autorregulação do setor. Queremos ver fortes os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), implantados na gestão de Arnaldo Jardim e que permitirão recuperar o dinamismo dos institutos de pesquisa.

O desafio lançado pelo governador Márcio França foi mantermos o elevado grau de avanços obtidos nos últimos anos, com o setor e a Secretaria motivados para o desenvolvimento. Apostar no que vem dando certo é questão de bom senso. O setor precisa apoiar quem realmente trabalha por ele, e é esse o nosso objetivo, a nossa premissa de trabalho. ■





morya.

Balanço consolidado do Sicredi

Ativos Totais
R$ 77,3 bilhões
Crescimento de 17,3%

Patrimônio Líquido
R$ 12,8 bilhões
Crescimento de 18,2%

Resultado
R$ 2,35 bilhões
Crescimento de 20%

Depósitos
R$ 50,4 bilhões
Crescimento de 17,5%

Os nossos 3,7 milhões de associados fizeram a primeira instituição financeira cooperativa do Brasil **crescer 20% em relação ao ano passado.** E o melhor: todos decidem juntos o destino deste resultado, beneficiando associados, cooperativas e as regiões onde atuamos.

É a confiança de cada um que dá mais solidez para o Sicredi.
Esse é o nosso jeito de crescer: juntos.

SAC - 0800 724 7220
Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525
Ouvidoria - 0800 646 2519.

Sicredi

REFLEXÃO

SOBRE O VERDE, SOB O SOL

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Luz do sol,
que a folha traga e traduz...
em verde novo, em folha, em graça, em vida, em força, em luz.

Caetano Veloso

MAIS UMA vez, vivemos o verão, momento mais ativo na transformação da energia do sol, havendo as águas que criam e o calor da estação em vida.

No verão, lavouras e pecuária estão em integração, sob o sol e com as águas de março, preparando-se para a realidade do outono.

No final da primavera, temos grãos germinados, toletes de cana perfilhando, a festa das cigarras, a fé do agricultor alimentada, os pastos crescendo em verde vida, a soja colhida e o chão chamando o plantio do milho. Nessa aventura abençoada, o homem do campo lança os seus desafios, plantando sonhos para colher alegrias.

No fim de março, o outono inicia-se, ainda há luz, esperança e verde se espalhado. Nesse mundo tropical, o outono demora a ver a perda das folhas das árvores, que se preparam para o inverno.

Abril chegou, e, junto com ele, o teste do País em maturação veio, no campo da política, com a afirmação da justiça ainda em verde estação, mostrando que o crime não compensa e escancarando a enganação do brasileiro pela ilusão dos líderes caídos, infectados pela corrupção. Esse fato enche de esperança os brasileiros das cidades e do campo, que entendem e realizam o trabalho que gera riqueza e renda, que alimentam e que energizam. Valem a pena, sim, trabalho, honestidade, disciplina e dedicação. Sem isso, no ócio e na irresponsabilidade, o demônio alimenta, em silêncio, a traição.

Outra vez, espera-se uma enorme safra, em ano de eleições gerais e majoritárias. Após dezenas de anos de mentiras e ideologias sedutoras, o brasileiro redescobriu que só o trabalho constrói.

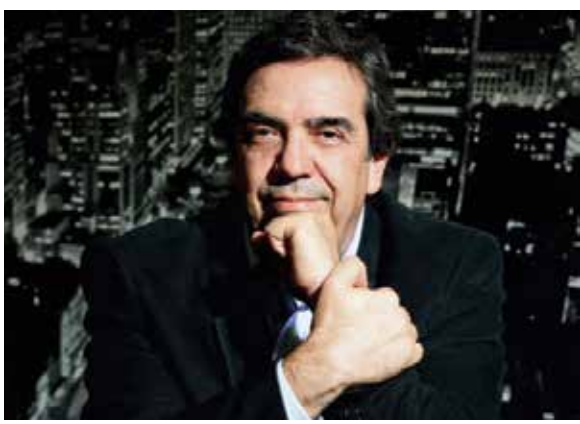
Nossos olhos e ouvidos deverão estar muito atentos às tentativas dos grupos encastelados nos vícios do passado, interessados em preservar sua vida extrativista e individualista e distantes do que precisa o Brasil. O agronegócio vem carregando não só o peso da manutenção da balança comercial do País, mas, também, os preconceitos dessa quadrilha em defesa dos seus interesses mesquinhos, usando a mentira e a ignorância para dividir o Brasil.

A decisão de pôr na cadeia malfeitores de colarinho branco, independentemente dos partidos ou dos cargos que ocupem, começa a permitir um outro olhar para o futuro.

Trata-se de um futuro em que os jovens irão realizar aquilo que tantas gerações anteriores tentaram: o Brasil protagonista e líder na atividade que sacia a fome e a sede e que faz espraiar o verde por todo o território, de forma sustentável, preservando os recursos florestais e mantendo áreas de preservação e desenvolvimento. O agronegócio é motivo de orgulho aos cidadãos que moram no Brasil, seja em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro ou no Rancho Fundo.

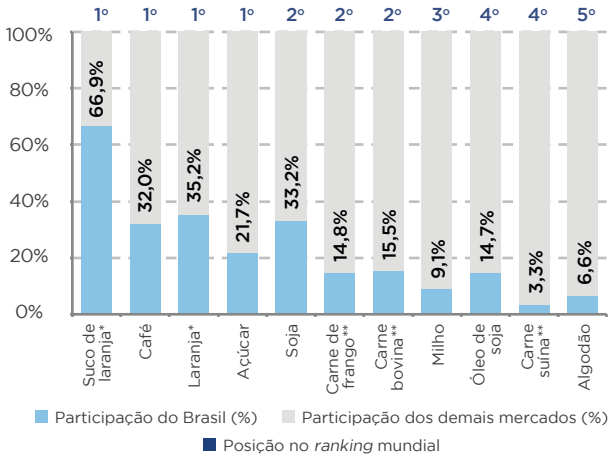
Trata-se de um futuro em que a tecnologia facilita o trabalho, aumenta a produtividade total, faz crescer a renda familiar, agrega valor à biomassa e valoriza o emprego. Unindo o Brasil, recolocamos os pilares do desenvolvimento sustentável.

Trata-se, enfim, de um futuro em que o Brasil será parte indispensável da luta pela erradicação da fome, pela descarbonização na produção e pela paz. ■



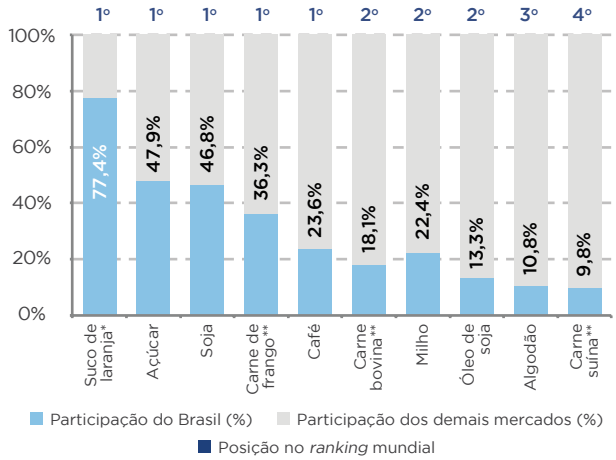
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



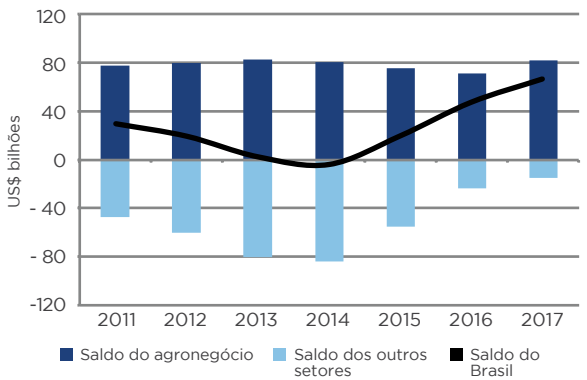
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



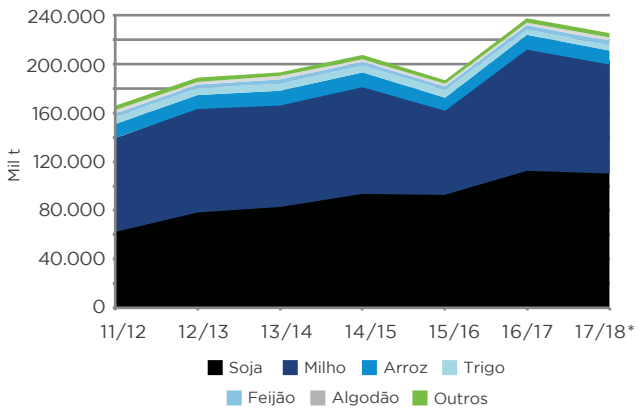
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



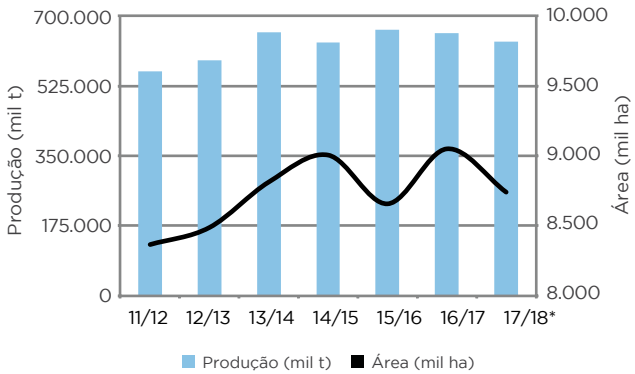
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



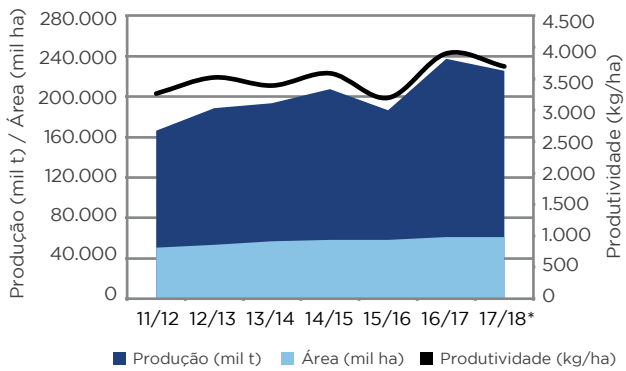
* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab